



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

## 23<sup>a</sup> Reunião da Comissão Tripartite Nacional 2023

Realizada em  
Brasília/DF.  
07 de novembro de 2023.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa RDK Degravações e Eventos*

1 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Bom dia a todos e a todas.

2 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA)** –  
3 Aqui, quem é que está cuidando? Ah, sim, isso. Pode retirar o Rodrigo, o Rodrigo está  
4 na CPI das Ondas. Oi? Mas é MMA, sem vida é MMA, pô. Bom, bom dia, pessoal. Bom  
5 dia a todos e todas. Bom dia a nossa Presidente dessa reunião. É um prazer estar com  
6 vocês aqui nessa 23<sup>a</sup> reunião da Comissão do Tripartite Nacional. Todos receberam a  
7 pauta que a nossa Presidente Mauren vai conduzir. Nós temos cinco itens de pauta, não  
8 é? Definição de agenda prioritária para deliberação na Comissão do Tripartite Nacional,  
9 a partir de temas propostos pelos Entes Federativos na 22<sup>a</sup> reunião, que são os eixos de  
10 discussão e deliberação. Integração de informações entre entes federados, apresentação  
11 sobre o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, PNLA. Aliás, extremamente  
12 importante esse ponto. Governança federativa, recomendação sobre a criação de  
13 comissões tripartites estaduais, informe sobre a criação e andamento dos grupos de  
14 trabalho e informe da Secretaria Nacional de Bioeconomia, sobre a Política Nacional de  
15 Bioeconomia, e GT sobre regulação de lei de pagamentos para os serviços ambientais.  
16 Acho que é uma pauta densa, super relevante. Espero que todos estejam bem dispostos  
17 a tratá-la. E só queria, antes de passar a palavra para Mauren, que vai presidir essa  
18 reunião, reforçar o nosso entendimento do Ministério do Ambiente e Mudança do Clima  
19 sobre a absoluta e a fundamental relevância das comissões tripartites, nacional e as  
20 estaduais. Faço votos que nós sejamos capazes de colocá-las em funcionamento como  
21 espaços absolutamente importantíssimos para construirmos a articulação do SISNAMA,  
22 da Política Nacional do Ambiente, envolvendo todos os entes federados. Mais do que  
23 nunca, essa integração se mostra absolutamente fundamental. Nós temos enormes  
24 desafios pela frente. Estamos todos vivendo esse novo normal. Manaus ficou sufocada  
25 em fumaça, agora está com uma tempestade de areia. Estamos falando de uma cidade  
26 no meio da maior floresta tropical do planeta, vivendo uma situação extremamente  
27 alarmante e temos cenários muito preocupantes em termos do acirramento, do  
28 agravamento dos eventos climáticos extremos. E, evidentemente, que sem uma ação  
29 muito bem articulada entre todos os Entes Federativos, nós não vamos avançar nessa  
30 jornada. Temos agendas também, agendas muito complexas a serem tratadas, com o  
31 que diz respeito ao licenciamento. Há uma pressão grande, há um [ininteligível] entrando

32 no Congresso Nacional, no Senado, que muda a regulação do licenciamento. Isso vai  
33 trazer muitos desafios para a nova implementação, muitas dúvidas sobre posições, muita  
34 judicialização. Então, é uma agenda muito complexa para quem tem que operar o  
35 sistema, porque nós estamos falando aqui de operadores. Nós somos operadores nos  
36 Estados, nós somos os operadores em nível nacional, juntamente com as instituições  
37 vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente. E essas mudanças, essas brechas, essas  
38 inconsistências, muitas vezes, nessas definições, abrem mais dificuldades na operação  
39 em algo que já é altamente complexo. Fazer a gestão dos conflitos ambientais e  
40 socioambientais do sistema já é, por natureza, algo complexo. E, vivendo ainda em um  
41 ambiente de insegurança legislativa e de insegurança jurídica, isso vai dificultando o  
42 trabalho, vai tornando mais complexo, como, por exemplo, um tema que recentemente  
43 veio à tona, que é sobre, do ponto de vista legal, sobre a competência de os Municípios  
44 licenciarem desmatamento, que é entendido por nós como absolutamente... Essa  
45 previsão não existe. No entanto, Estados estão transferindo essa competência para  
46 Municípios. É um debate que nós temos que fazer, solucionar isso definitivamente. Eu  
47 acho que a Comissão Tripartite é um ambiente adequado para tratar disso. Na reunião  
48 passada, nós vimos as questões do tipo unidades de conservação, sistemas que não  
49 estão se falando, o próprio Sistema Nacional de Licenciamento, informações que não  
50 estão cruzando. Então, nós não sabemos medidas que o Estado tomou. Muitas vezes,  
51 nós estamos indo a campo para tomar providências sobre algo que nós consideramos  
52 que seja alguma irregularidade. Muitas vezes chega lá, o Estado fez um licenciamento e  
53 nós não sabíamos. Em outros momentos, o Estado não foi e nós também não fomos,  
54 porque não havia essa informação clara sobre qual é a situação daquela área  
55 determinada. Então, ou seja, nós temos que trabalhar juntos, no sentido de integrar as  
56 informações, integrar os esforços, integrar as políticas e, principalmente, trabalhar em  
57 sinergia. O sistema ambiental, ele é um sistema que tem poucos recursos. Em todos os  
58 níveis. Nós não somos um Ministério com muitos recursos, e vocês não são as  
59 Secretarias com muitos recursos. Todos nós trabalhamos com recursos limitados,  
60 recursos financeiros, recursos humanos, em termos de infraestrutura, tudo é muito  
61 limitado. Então, sempre que a gente puder trabalhar em sinergia, um apoiando o outro,  
62 evidentemente que o resultado vai ser melhor. Inclusive, do ponto de vista que é algo

63 absolutamente fundamental, que é sobre a percepção da sociedade. Quando a  
64 sociedade percebe a ação do poder público sendo feita de forma integrada, coerente,  
65 com o mesmo sinal repassado pelos vários entes, com a mesma mensagem, isso tem  
66 um efeito muito importante no chão, no campo, na realidade. Então, a tripartite é isso. A  
67 tripartite é o espaço onde a gente pode, de fato, exercitar estas possibilidades, essas  
68 potencialidades da ação sinérgica, dentro do Governo Federal. A chegada da nossa  
69 Ministra aqui, para reforçar tudo aquilo que eu vinha dizendo, sobre o quanto o Ministério  
70 do Meio Ambiente valoriza e considera a comissão tripartite espaço absolutamente  
71 central da promoção da integração entre as ações dos entes federados, para criar  
72 sinergia, aumentar a capacidade de ação, decidir, debater, dirimir dúvidas sobre  
73 competências, sobre divergências, muitas vezes, sobre determinadas visões ou  
74 orientações, está? E dizia a Ministra, uma ação integrada entre nós, que é o objetivo da  
75 tripartite, além de promover maior eficiência, economia de recursos humanos e  
76 financeiros, maior resultado na ponta, porque nós trabalhamos de forma integrada,  
77 também essa ação articulada passa uma mensagem absolutamente poderosa para a  
78 sociedade. Quando você tem visões diferentes entre o Governo, isso gera um  
79 comportamento da sociedade. Quando você tem uma visão única, onde o Governo  
80 Federal, os Governos Estaduais, os Governos municipais estão dizendo a mesma coisa,  
81 isso cria muito mais oportunidades para avançarmos nessa agenda tão complexa que  
82 todos nós temos que lidar na ponta, vocês, os Estaduais e nós aqui no Governo Federal.  
83 Então, a nossa presença aqui, principalmente da Ministra, já que hoje nós não presidimos  
84 a reunião, hoje quem preside a reunião é a Secretária Mauren, a ABEMA, então, hoje  
85 nós estamos aqui apenas para reforçar esta importância e reforçar o compromisso de  
86 trabalhar com os Estados, favorecendo a tripartite, e também a implementação das  
87 tripartites estaduais, das comissões estaduais, para que a gente possa ter, de fato, uma  
88 ação mais integrada, o mais harmoniosa possível entre os entes federados, com o nosso  
89 objetivo comum, que é promover a defesa, a ação do âmbito socioambiental. Então, eram  
90 essas minhas palavras, passo à Ministra, que eu possa fazer a sua saudação. Muito  
91 obrigado a todos, e vamos em frente.

92 **A SR<sup>a</sup> MARINA SILVA (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – Bom dia  
93 a todos, a todas. Primeiro, eu peço desculpas, eu moro ali na região do Jardim Botânico,

94 está em obra e tem hora que aquele gargalo fecha de um jeito que não sei o que a gente  
95 pode fazer. Primeiro, agradecer, cumprimentar aqui o nosso Secretário Executivo, João  
96 Paulo Capobianco, da Secretaria executiva, juntamente com a sua equipe, Marcela,  
97 cumprimentando a todos os representantes dos Estados, Secretários, Secretárias, nas  
98 pessoas da Mari e da ABEMA e do Eduardo. Dizer que é uma satisfação, como já disse  
99 o Secretário Capobianco, a gente poder fazer essa rearticulação da Comissão Tripartite  
100 Nacional. É aqui que se realiza a nossa diretriz de fortalecimento do Sistema Nacional de  
101 Meio Ambiente, que é uma diretriz muito cara para nós, ainda que na sociedade isso às  
102 vezes não fique muito claro, mas a diretriz de desenvolvimento sustentável e outras que  
103 são igualmente importantes, elas só se realizarão se tivermos o Sistema Nacional de  
104 Meio Ambiente fortalecido. Porque se nós não formos capazes de estar fortes o suficiente  
105 para evitar as práticas ilegais, como nós vamos firmar para as práticas que são legais?  
106 Se nós não tivermos o Sistema Nacional de Meio Ambiente fortalecido, que seja capaz  
107 de dar continuidade às políticas estruturantes, mesmo na necessária e democrática  
108 alternância de poder, como a política ambiental e as demais políticas de desenvolvimento  
109 sustentável irão se firmar? E eu poderia ter inúmeros exemplos para citar em relação à  
110 importância de termos um Sistema Nacional de Meio Ambiente fortalecido e uma ação  
111 integrada entre a União, os Estados e os Municípios. Então essa ação conjunta, ela dá  
112 as bases para que a gente possa fazer esse trabalho de uma gestão compartilhada, como  
113 é o nosso objetivo e em um contexto que é muito propício. Primeiro, o contexto da  
114 retomada das políticas ambientais no plano nacional. E, segundo, o contexto de muitas  
115 oportunidades que nós teremos, não é? Essa reunião se dá no contexto em que o Brasil  
116 está às vésperas de ir, nós todos estamos às vésperas de ir para a COP 28, e que  
117 precisaremos estar devidamente articulados, não só para ir para a COP, mas qual é o  
118 legado que o debate da COP deixa em cada Estado, em cada Município, em cada ente  
119 federado. Nós teremos a oportunidade de presidir o G20, o Presidente Lula vai presidir o  
120 G20. Quais são as oportunidades que nós podemos criar com essas agendas que  
121 teremos da liderança do Brasil à frente do G20? Por exemplo, nós vamos ter inúmeras  
122 reuniões, reuniões da área de meio ambiente, de agricultura, de energia, de economia,  
123 espalhadas pelo Brasil afora. Nos Estados em que essas reuniões vão acontecer, é uma  
124 grande oportunidade para você dizer para o seu Governador, para a sua equipe: olha,

125 nós vamos sediar aqui os eventos sobre o G20, que nós queremos alavancar ser uma  
126 agenda catalisadora e poder aproveitar essas oportunidades na relação com os nossos  
127 Governos. Isso não é uma visão oportunista, é senso de oportunidade. Nós estamos à  
128 frente do processo, enfim, de fechar o acordo com o Mercosul. Isso vai exigir de nós para  
129 poder acessar cada vez mais mercados que serão cada vez mais exigentes. Isso é uma  
130 possibilidade de trabalhar a agenda ambiental, não só no sentido stricto sensu, mas como  
131 é que isso atravessa o tema do desenvolvimento? Geralmente, querem nos colocar na  
132 quadratura, no quadradinho setorial. E a nossa determinação, no meu entendimento, tem  
133 que ser de cada vez mais sair desse quadrado setorial sem a perda das nossas  
134 especificidades, da nossa capacidade de regular, de formular, etc. Mas, entrar no debate  
135 em outras [ininteligível]. A importância desse pacto federativo é ter, digamos assim, uma  
136 nova dimensão. Pacto federativo como complementariedade, o Governo Federal  
137 complementando os Estados e os Estados complementando os Municípios. Para mim,  
138 essa é uma política de prótese. A gente complementa porque está faltando alguma coisa.  
139 Eu gosto da ideia de um pacto federativo que se fortaleça e que seja suplementar. Tem  
140 um inteiro que é o Estado, tem um inteiro que é o Município, tem um inteiro que é o  
141 Governo Federal, mas ninguém é um inteiro isolado. A gente precisa se suplementar. E  
142 aí entra todo esse esforço que nós estamos fazendo. O Governo Federal tem um papel  
143 indutor importante, mas esse papel indutor não é apenas do Governo Federal nas nossas  
144 agendas. Nós somos também alavancados, catalisados pela Sociedade Civil com boas  
145 ideias, com boas políticas. Olhar para essas boas políticas, transformar em política essas  
146 boas ideias da sociedade. A academia, cada vez mais nós vamos precisar nos fortalecer  
147 fazendo política pública com base em evidência. Nós temos o desafio de enfrentar o  
148 combate isso ao desmatamento da Amazônia, na reunião passada se discutiu sobre isso,  
149 se discutiu resoluções, acabar com os lixões, não é, uma agenda bastante robusta e a  
150 compreensão de que no Governo Federal a gente tem um papel alavancador, mas a  
151 gente também é alavancado por vocês. E esse processo de retroalimentação é isso que  
152 é fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente e ter um Pacto Federativo que possa  
153 ser atualizado. Eu tinha anotado aqui algumas questões, eu acho que os Estados tiveram  
154 um papel importante nesses quatro anos de apagão de política ambiental, e eu posso  
155 citar isso em várias frentes, na agenda de saúde, por exemplo, os Estados cumpriram

156 um papel fundamental, senão nem sei o que seria de nós. Na agenda ambiental não se  
157 parou, a formulação não se parou, mas obviamente eu acho que todos tivemos prejuízo,  
158 mas teve um papel em que os Estados tiveram aí uma ação suplementar, que foi a  
159 criação dos consórcios, a valorização da ação subnacional, que floresceu naquele  
160 apagão de política ambiental. Há uma diferença entre os desafios de cada Estado, de  
161 cada Município, e aí a gente até pode brincar com o princípio das responsabilidades  
162 comuns, porém diferenciados de cada Estado, de cada Município, mas todos com  
163 responsabilidade, e nesse sentido nós poderemos ter aí grandes avanços para pensar  
164 as políticas públicas de acordo com as especificidades, inclusive em uma agenda que  
165 nos é muito cara, que é a agenda da mudança do clima, e que todos estamos sendo  
166 afetados por ela, por essa situação de eventos extremos, extremos climáticos, que eu  
167 não vou repetir aqui porque vocês acompanham tudo isso muito bem, mas como é que  
168 isso se traduz em cada realidade? Se a gente pensa a mudança do uso do solo, a gente  
169 vai localizar como enfrentar a mudança climática no contexto da região, enfim, sobretudo  
170 no caso da Amazônia, se nós pensamos em relação a outros desafios que envolvem o  
171 Nordeste na geração de energia, nós temos um grande potencial para gerar energia no  
172 Nordeste, mas também temos que pensar na regulação, como é que vai ser a produção  
173 de energia eólica e solar, vai ser cada vez mais concentrando riqueza, concentrando  
174 renda, ou a gente vai pensar também em produção de energia comunitária? A gente tem  
175 que ser um pouco inovador. E assim por diante, a questão da emergência climática, nós  
176 vamos ter que enfrentá-la conjuntamente, não é fácil, nós estamos trabalhando para criar  
177 um plano de prevenção e enfrentamento aos efeitos dos eventos climáticos extremos,  
178 pensando em duas linhas, a linha emergencial, que é de fortalecermos cada vez mais a  
179 nossa capacidade de Defesa Civil, de sistemas de alerta, todos esses esforços que  
180 precisam ser feitos na agenda de adaptação, mas também uma coisa mais estruturada,  
181 seria a ideia que estamos trabalhando e todos irão contribuir para que a gente possa ter  
182 uma espécie de emergência climática em alguns Municípios, são 1.038 Municípios  
183 sujeitos a eventos extremos. Será que dá para decretar emergência climática, ter políticas  
184 continuadas em todos esses pontos que o CEMADEN já identificou, ter orçamento cativo  
185 nos Estados, nos Municípios, fazer com que nossos parlamentares possam alocar suas  
186 emendas para essa agenda? Enfim, estamos trabalhando a questão da governança

187 climática muito fortemente, uma ideia que a gente criou aqui, que é muito cara, muito  
188 inspirada no Conselho Nacional de Segurança Alimentar, será a criação do Conselho  
189 Nacional de Segurança Climática, o CONSEC. Estamos trabalhando, finalizando, e eu já  
190 fico sonhando, a gente tem o CONSEC Nacional, o CONSEC Estadual, o CONSEC  
191 Municipal, para que vocês possam também a gente pensar isso como um sistema. E por  
192 último, acho que a gente pode trabalhar, e é o que nós estamos fazendo aqui, na  
193 perspectiva de uma ação de impacto e o conceito de legado. Qual o legado que as nossas  
194 gestões querem deixar nesse contexto todo que está aí, e com aquela ideia de que eu  
195 falei, com o senso de oportunidade. No plano federal, estamos trabalhando a questão da  
196 transversalidade, já são mais de 20 Ministérios trabalhando a agenda de  
197 desenvolvimento e meio ambiente, e eu acho que isso pode ser traduzido. Uma outra  
198 coisa que eu deveria deixar é a questão da liderança da agenda. Um dia desse, estava  
199 aqui com o Jerônimo e o Eduardo, e eu dizia para eles, essa é uma agenda que tem que  
200 ser liderada pelo líder maior. A nossa agenda fala com todas as partes, agricultura, todos  
201 os setores, questão social, e às vezes nós somos cobrados injustamente. Quando o rio  
202 seca, o pessoal olha para o Secretário de meio ambiente, para a Ministra do meio  
203 ambiente. Quando está pegando fogo, olha para o Secretário de meio ambiente, para a  
204 Ministra do meio ambiente. Quando não tem peixe, o pessoal olha para a gente. Mas a  
205 gente não contribuiu em nada para que isso estivesse assim. Então, a nossa agenda  
206 precisa ser uma agenda cada vez mais transversal, e quem tem que liderar isso são os  
207 Governadores, é o Presidente da República, eu fico muito feliz que nessa terceira  
208 oportunidade, que eu e o Capobianco, a nossa equipe, aqui, estamos à frente do  
209 Ministério do Meio Ambiente, é que o Presidente Lula, ele que está dizendo que vai ser  
210 desmatamento zero, ele que está dizendo que a mudança climática é uma prioridade, é  
211 ele que está dizendo que não é mais para derrubar nenhuma árvore. Quando o chefe  
212 maior diz isso, é um comando também para os outros colegas Ministros. E, cada vez  
213 mais, eu quero que o nosso trabalho diminua e a gente possa cuidar das nossas ações  
214 mais particulares. Por último, a gente está no processo de encaminhamento da  
215 Conferência Infância juvenil, todo mundo aqui vai ser muito importante na articulação da  
216 Conferência e da Conferência de Meio Ambiente no ano que vem. Então, o Ministério do  
217 Meio Ambiente conta com a participação de todo mundo. Eu agradeço. Estou de máscara



218 porque estou com um pouco de garganta arranhando. Nosso Secretário acabou de sair  
219 de uma Covid, claro que estava viajando. Está zerado. Ele está cachê. Mas eu estou  
220 preocupada porque eu sei que está tendo aí uma onda de Covid para tudo quanto é  
221 canto. Então, por isso que eu estou aqui de máscara. Muito obrigada. Como o Capô disse,  
222 valorizamos muito essa estrutura, esse processo e esse espaço para o fortalecimento da  
223 Política Nacional de Meio Ambiente. Ela acontece mesmo de forma tripartite.

224 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**  
225 Bom, nós temos amanhã a reunião do CONAMA, está certo? Vai ser uma reunião muito  
226 relevante. E quando a agenda é importante, eu já percebi isso daqui. Quando a agenda  
227 é importante, como é essa reunião tripartite, atraindo outras agendas importantes. Temos  
228 agenda no Palácio, temos agenda no Supremo, temos uma série de reuniões. Por esse  
229 motivo, a Ana Flávia, a minha suplente Secretária Executiva dessa reunião, assim como  
230 o Rodrigo Agostinho, que está na CPI das ONGs, que eu [ininteligível] hoje também, foi  
231 convidado, não tem como optar a data, está aqui representada pela Isabela, assim como  
232 também o Mauro, que está em viagem, está representado pelo Marcelino, Marcela  
233 Marcelino. Então, estamos todos aqui, com nossos suplentes. Como eu disse, a Ministra  
234 disse, estamos ocupando esse espaço e a qualquer momento estamos trabalhando ali  
235 embaixo. Marcela, se tiver alguma questão que..., não? Só não vou poder permanecer  
236 aqui o tempo todo, mas tenho certeza de que a reunião vai ser muito bem conduzida.  
237 Então, e a Ana Flávia que me substitui.

238 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Ministro, Ministra  
239 e Secretário, se me permitem apenas uma abertura, uma fala inicial, até porque eu acho  
240 que, para a maioria de nós, é a primeira oportunidade em que a gente vê na prática o  
241 exercício da alternância desta presidência na Comissão Tripartite, acho que para a  
242 maioria de nós. Então, isso é um momento especial para os Órgãos que compõem o  
243 SISNAMA, para essa equipe que está aqui e que tem o desafio, Ministra, de colocar em  
244 prática aquilo que nos motiva diariamente. O Secretário fez uma excelente explanação  
245 da importância da tripartite. A Ministra deixou claro o quanto isso é caro a todos nós. E  
246 acho que essas duas falas, elas só enaltecem o nosso papel fundamental aqui de  
247 efetivamente colocar em prática a política nacional de meio ambiente e fazer com que o

248 sistema, ele aconteça operacionalmente, o que não é simples, considerando o que é o  
249 Brasil, a nossa diversidade, a nossa estrutura federativa. Mas eu realmente acredito no  
250 cerne, na base que motivou a criação do SISNAMA, que ele foi pensado e estruturado  
251 nesta modalidade porque nós precisamos atuar de forma integrada, complementar,  
252 passando uma mensagem para a sociedade de que os entes que governam o País, que  
253 lideram essa governança, seja no âmbito político, no âmbito executivo, eles têm um único  
254 propósito, e esse propósito comum é efetivamente promover o desenvolvimento  
255 sustentável, garantindo justiça ambiental e social. Só que esse desafio, ele apesar de ser  
256 de conhecimento de todos, ele se apresenta ainda mais difícil quando nós pensamos em  
257 como colocá-lo em prática. A pauta que está prevista para a nossa reunião de hoje, ela  
258 exemplifica um pouco dos desafios enormes que nós temos represados, e temos um  
259 desafio enorme represado. Eu quero dizer que no âmbito da ABEMA, os Estados nos  
260 últimos quatro anos, e vou fazer um destaque, isso não acontece só nos últimos quatro  
261 anos, a ABEMA existe há 37 anos, mas nos últimos quatro anos, até por uma mudança  
262 de perspectiva em relação a como funcionar, os Estados se organizaram, inclusive, de  
263 forma diferente, buscando fazer o fortalecimento dessas agendas prioritárias, e elas  
264 incluem Ministros, Secretários, nossos Secretários, o Presidente da ANAMMA, inclui,  
265 sim, o enfrentamento daqueles itens que cotidianamente nos levam, ou ao enfrentamento  
266 com a sociedade, ou a discussão com o judiciário, ou buscando evitar discussões entre  
267 nós mesmos, que acho que é a pior delas. E quando nós temos que debater com o  
268 judiciário, mas nós temos a segurança, a certeza entre nós do que será defendido, nós  
269 estamos falando de poderes diferentes. O pior de tudo é quando nós não nos  
270 entendemos, não conseguimos manter um diálogo que seja proativo em prol da  
271 sociedade. Mas o fato é que nós nos preparamos, estamos, ao longo dos últimos anos,  
272 nos preparamos para esse enfrentamento. O enfrentamento do licenciamento ambiental,  
273 o enfrentamento das mudanças climáticas, somos solidários com os dois Estados que,  
274 nesse momento, vivem situações mais extremas, que é o Rio Grande do Sul e o  
275 Amazonas, estamos falando lá dos dois extremos do país, com crises climáticas reais,  
276 consistentes, que são percebidas pela sociedade e que exigem de todos nós, que  
277 compusemos a tripartite, pensamentos, medidas e ações. Então, somos todos partícipes  
278 da mesma opinião, Ministra, de que nós temos que somar esforços e destacando que

279 aqui, esse espaço de diálogo, ele é fundamental para que nós possamos construir de  
280 forma qualitativa a agenda de solução para esses temas. O licenciamento é, sim, um  
281 tema sempre tormentoso. Apesar de, tecnicamente, a regularização dos imóveis rurais  
282 não ser licenciamento, eu acrescento a esse desafio do licenciamento ou cadastro  
283 ambiental rural, porque ele é fundamental para a agenda de combate aos ilícitos  
284 ambientais, nós sabemos disso, quero só dizer da sensibilidade dos Estados, e toda vez  
285 que nós temos essas discussões em torno dos conflitos do papel de cada ente em um  
286 tema que é prioritário para todos nós, ou nós podemos fragilizar essa estrutura do sistema  
287 ou fortalecê-la. Então, eu fico muito feliz de estar hoje presidindo essa reunião, mas que  
288 nós estejamos tendo as reuniões da Comissão Tripartite para traçar de forma consistente  
289 o futuro da nossa governança compartilhada e integrada. Construindo, sim, um SISNAMA  
290 que seja operacionalmente eficiente, que possa entregar para a sociedade, na prática, o  
291 resultado que eles esperam de nós. Porque eu acredito que muitos de vocês já ouviram  
292 inúmeras situações reais em Órgãos de controle, em debates na sociedade, que quando  
293 os Órgãos se conflitam entre si, quem se beneficia é aqueles que querem atuar na  
294 ilegalidade. E o bom cidadão que quer atuar dentro da legalidade e quer segurança e  
295 quer ter a certeza de como ele deve se comportar em cada um dos entes, dada a  
296 atribuição e competência de cada um, ele fica prejudicado. E o nosso propósito comum  
297 é ter um Brasil forte, que seja exemplo na sua agenda ambiental, social e de  
298 desenvolvimento econômico. Sempre resguardando que não são agendas conflituosas,  
299 mas elas precisam ser transversais, como a Ministra deixou bem claro, e precisam ser  
300 integradas. Era só um registro para, tenho convicção, compartilhar da compreensão e  
301 dizer da alegria. De hoje será a ABEMA e tenho certeza de que na próxima será a  
302 ANAMMA. E essa estrutura de alternância de presidência não é só simbólica. Ela também  
303 representa a mensagem que o pensamento de criação da Tripartite trouxe para nós, que  
304 temos hoje, nessa oportunidade, a condução, a missão de conduzir as reuniões da  
305 melhor forma. Então, muitíssimo obrigada. Fico muito feliz pela oportunidade. Obrigada  
306 por ficarem aqui para ouvir essa pequena abertura. E aí eu passo a palavra de volta, se  
307 a Ministra quiser fazer algum fechamento, ou o Secretário, se não iniciaremos a nossa  
308 reunião.

309 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO - TITULAR (Secretário Executivo do MMA) –**  
310 Muito rapidamente, eu acho que as mensagens foram fundamentais aqui para a nossa  
311 integração. Ela é um trabalho cotidiano, nós temos assuntos complexos a tratar, e o que  
312 nós temos que garantir, Mauren, eu cito o Eduardo, com quem nós temos tido lá uma  
313 discussão mais intensa nesse momento, nós temos que garantir que esses assuntos  
314 complexos sejam tratados de forma republicana. Ou seja, o nosso objetivo, caso do  
315 Cerrado, por exemplo, que é um grande desafio nosso, temos resultados positivos na  
316 Amazônia, temos uma seríssima no Cerrado, todos estão acompanhando, e os números  
317 novos do DT são, de fato, de levantar os cabelos até dos carecas, até o Marcelino vai  
318 ficar de cabelo em pé, com os dados do Cerrado. Então, nós temos que nos unir, não se  
319 trata de uma disputa ou de um conflito entre nós, se trata de um desafio que se coloca  
320 para nós. Nós vamos ter que encontrar um caminho para isso, com urgência. E esse eu  
321 acho um exemplo que eu sempre gosto de citar, Ministra, como algo que depende muito  
322 da nossa postura. Nós partimos para buscar culpados entre os Entes Federativos e ficar  
323 acusando um outro, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Se a gente parte do princípio  
324 que é um desafio comum, que nós temos que achar o caminho, nós vamos achar um  
325 caminho, nós vamos construir um caminho, na integração entre os Entes Federativos e  
326 nós vamos achar o melhor caminho. Além de achar um caminho, nós vamos achar o  
327 melhor caminho. Exemplo do Pantanal, que nós tivemos um trabalho que a tripartite foi  
328 fundamental, na verdade, na interlocução, porque nós tínhamos a ideia de fazer aquela  
329 resolução CONAMA e chegamos ao entendimento que o melhor caminho seria o  
330 entendimento com o Estado do Mato Grosso do Sul e aí sim o CONAMA entrar apenas  
331 para regulamentar de uma forma harmoniosa uma questão prevista no Código Federal,  
332 que até hoje não foi regulamentada e estamos trabalhando em uma agenda positiva.  
333 Então, eu estou muito contente com esse processo, eu parabeno muito a Marcela e a  
334 equipe, Marcela tem tido, Ministra, uma condição extremamente positiva, agregadora,  
335 com toda a sua equipe aqui reunida, sempre construindo os caminhos, conversando,  
336 articulando os processos para que a gente possa ter um ambiente cooperativo. Então é  
337 isso, eu estou muito contente, pena que eu não vou poder ficar, mas tenho certeza  
338 absoluta de que a nossa equipe está totalmente preparada para isso e mais uma vez, se  
339 surgir alguma necessidade, nós estamos aqui no prédio e podemos participar. Eu acho

340 que não vai ser necessário, dada a competência da nossa equipe, mas se precisar,  
341 estamos aqui à disposição. Marcela, é só você ligar. É isso. Então, boa reunião para  
342 vocês, Ministra.

343 **A SR<sup>a</sup> MARINA SILVA (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – Acho que  
344 você já fez aqui o arremate final, somente para agradecer mais uma vez, cumprimentar  
345 nossas equipes e dizer que o Ministério do Ambiente vai trabalhar sempre para que a  
346 gente possa encontrar esse denominador comum naquilo que a gente pode trabalhar  
347 juntos e manejar e buscar superar tanto quanto possível, através dos consensos  
348 progressivos, aquilo que ainda temos divergência. Gostei muito da ideia de que a gente  
349 tem que fazer aquilo que a sociedade espera de nós, mas no nosso caso, a gente tem  
350 que fazer uma coisa a mais, que é aquilo até mesmo que a sociedade nem espera de  
351 nós. Como diz o Gilberto Gil, o povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe.  
352 Tem muita coisa que o povo quer e não sabe o que quer e que a gente tem a obrigação  
353 de fazer e, às vezes, isso tem um custo muito alto. Por isso que esse esforço de buscar,  
354 enfim, encaminhamentos conjuntos, como esse que aconteceu, em relação ao Pantanal,  
355 como a gente está com o desafio do Cerrado, o desafio da Amazônia começou a dar  
356 sinais de que o desmatamento caiu, pelo menos nesses últimos dez meses, em 49,5%.  
357 Mas isso foi ação de comando e controle. Para que caia estruturalmente, é fundamental  
358 que a gente tenha uma agenda de desenvolvimento sustentável. Então, esse é um  
359 esforço que a gente vai sempre fazer conjuntamente e que bom que a gente já consegue  
360 vislumbrar essas sinergias entre nós e esse é o espaço. Dizem que de perto ninguém é  
361 normal. E isso é verdade. Porque o normal é a gente se estranhar. O normal é a gente  
362 colocar a culpa no outro. O normal é a gente, de longe, ficar alheio aos problemas que  
363 são dos outros e, às vezes, supervalorizar o da gente. Mas, de perto, a gente começa a  
364 criar vínculo, a gente começa a se importar, a gente começa a entender o outro e,  
365 sobretudo, aqueles que podem ir um pouco mais à frente, ajudam o que não está  
366 podendo ir na mesma velocidade. Talvez aqui a gente possa criar o conceito que a gente  
367 está trabalhando, o Brasil está trabalhando na COP, não é, Capô, que na COP nós  
368 estamos trabalhando com o conceito e uma proposta do Brasil para que se crie uma  
369 espécie de zona azul para o enfrentamento da mudança do clima, que é, os que podem  
370 andar mais rápido, que sejam ajudados para andar mais rápido na questão da agenda

371 de adaptação e de mitigação. Nessa questão do desmatamento, eu posso entender que  
372 alguns Estados já estão se mobilizando, a gente sempre pega o exemplo do Pará, mas  
373 é uma agenda que é para todos os Estados da Amazônia. Na questão do Pantanal, com  
374 certeza, na questão do Cerrado, é fundamental que a gente crie essa, enfim, essa zona  
375 azul, não sei como que seria, para que quem pode correr mais vá em uma velocidade  
376 maior e vai puxando aqueles que tenham, porventura, maiores dificuldades. Então, só  
377 agradecer, parabenizar, estamos à disposição, agradecendo a Marcela, a equipe, a Ana,  
378 que vai ficar aqui na condução. O Capô disse que passava para a Ana, eu passo para o  
379 Capô, ele já passou para a Ana, eu passo para a Marcela, e que vamos ter aqui nossa  
380 ABEMA fazendo a liderança, na próxima vez vai ser a ANAMMA e assim por diante, é  
381 uma presidência pro tempore, uma presidência rotativa. Muito obrigada.

382 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Bom, a Mauren me passou aqui  
383 a palavra. Acho que a gente poderia seguir mesmo.

384 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Então, vamos  
385 direto para a pauta. Eu vou fazer uma pergunta de ordem prática. Eu vi que no nosso e-  
386 mail, quando foi encaminhada a pauta de hoje, também foi encaminhada um resumo de  
387 Ata. Então, tem necessidade de fazer aprovação disso ou a gente faz ao final? Vamos?  
388 Acho que é mais nesse sentido, talvez, poderia fazer isso no início. Então, devolvo para  
389 você.

390 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Bom, nós encaminhamos a todos  
391 a Ata da última reunião. Eu acho que, nesse momento, queria saber se todos estão de  
392 acordo para a gente aprovar esse... Sem necessidade. Todo mundo recebeu por e-mail,  
393 não é, junto com a convocação da reunião. Então, está aprovada a Ata da última reunião.

394 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Perfeito.  
395 Obrigada, Marcela. Então, seguindo o que está previsto para a nossa ordem do dia, só  
396 fazendo um breve resgate do que nós já trabalhamos aqui no âmbito da comissão, nós  
397 fizemos na última reunião a aprovação dos eixos que iriam orientar a nossa agenda  
398 prioritária. Os eixos estão aqui delimitados entre governança federativa, integração de  
399 informações e padronização de procedimentos. E, em cada um deles, alguns

400 desdobramentos de sugestões dos eixos que são... Ah, Isso, muito obrigada. Daqueles  
401 objetivos gerais e exemplos de temas que poderiam ser trabalhados de forma prioritária  
402 em cada um desses eixos. E, com isso, nós fizemos uma consulta. Foi realizada a  
403 consulta e foram encaminhadas sugestões para essa definição de uma agenda prioritária  
404 que irá conduzir os nossos trabalhos. E, dentro dessa contribuição, acho que nós  
405 podemos destacar a primeira delas, que é a integração das informações dos entes  
406 federados a partir do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. Então, acho que esse  
407 é um dos temas que está ali dentro do eixo de governança federativa? Não, ele está  
408 dentro do eixo de integração de informações, certo? Marcela, tem alguma apresentação  
409 que a gente vá fazer dentro desse...?

410 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Sim. A gente vai fazer uma  
411 apresentação sobre o... Você diz do primeiro ponto ou do portal da integração?

412 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – O primeiro ponto...  
413 A ideia é primeiro aprovar esse, acho que a ideia é essa, e não passar, porque o segundo  
414 está dentro desse primeiro. Mas já é um detalhamento. A gente faz primeiro a aprovação.

415 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Eu acho que, assim, a ideia de  
416 compartilhar com vocês essa proposta de eixo de discussão e forma de deliberação é a  
417 gente pensar em como trazer os temas para a comissão. Como que a gente torna efetivas  
418 as discussões que a gente vai ter aqui com recomendações que possam servir para todos  
419 os Entes Federativos. Então, a proposta é que na definição das pautas, os Entes  
420 Federativos busquem trazer de forma documentada para a gente poder compartilhar com  
421 antecedência um pouco do escopo da discussão e qual que é a diretriz que está sendo  
422 colocada em deliberação na tripartite. Então foram levantados vários temas. A questão  
423 das comissões tripartites estaduais é um ponto de pauta dessa reunião de hoje. Então, a  
424 ideia é que a gente já pense qual que é a recomendação que essa comissão tem para a  
425 criação das tripartites estaduais. Um outro tema que surgiu foi o financiamento do  
426 SISNAMA, que tem aparecido em várias das nossas conversas. É importante que a gente  
427 busque diagnosticar qual que é a questão que a gente está querendo trazer para cá. E  
428 aí esse pode ser um tema da próxima reunião com um pouco desse olhar dos diferentes  
429 Entes Federativos para quais são as propostas que a gente traz para esse tema

430 específico. Então, esse documento busca trazer uma proposta de organização da  
431 comissão que a gente já vai começar a exercitar hoje nesse primeiro ponto que é a gestão  
432 da informação.

433 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Bom, então acho  
434 que em um primeiro passo para tornar até mais produtivo, a ideia seria que nós  
435 pudéssemos dar uma olhadinha nesses eixos, objetivos e os exemplos para ver se existe  
436 algum aprimoramento e a priori havendo consenso, nós podemos defini-los como  
437 orientadores da nossa atuação e do encaminhamento de propostas mais detalhadas e  
438 inclusive vai orientar a nossa discussão dos itens que estão abaixo na pauta, certo?  
439 Então, eu pergunto, não sei se pode ser assim, Marcela, se alguém tem alguma  
440 contribuição em relação a esse conjugado de informações que a Secretaria fez para nos  
441 apoiar na definição das prioridades. Marçal.

442 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Bom  
443 dia a todos e a todas. Bom dia a quem está on-line. É um prazer imenso Mauren hoje  
444 está aqui presidindo, depois que saiu a Ministra, agora os Secretários, todos os entes  
445 queridos e aqui. A nossa contribuição é o sistema SINIR. Ele tem uma complexidade  
446 excepcional na formulação dos dados de resíduos sólidos. Se nós pudéssemos  
447 implementar essas ações de licenciamento com o mesmo propósito daquele site do  
448 SINIR, para que os Municípios pudessem se cadastrar, colocar seus licenciamentos. O  
449 Estado coordenando essas ações como nós fazemos. Então, eu acredito que seria nesse  
450 primeiro ponto, esse pedido para que a gente possa formular uma ação de integração do  
451 ITI nisso.

452 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Marçal, acho que  
453 a gente pode incluí-lo no segundo eixo, que é o de integração de informações. Trabalhar  
454 essa compatibilização no segundo eixo. De inclusão dos resíduos sólidos. Eu gosto da  
455 ideia também. Eu iria fazer um pedido de aprimoramento de que na padronização de  
456 procedimentos, quando a gente tratar do licenciamento ambiental, a gente deixa um  
457 pouco geral, porque acredito que nós tenhamos aprimoramentos a serem feitos nos três  
458 níveis. Eu sei que aqui, se nós falarmos, pensarmos em padronização, nós vamos desde  
459 os licenciamentos mais simples até a discussão de autorização para a supressão de



460 vegetação, que faz parte de licenciamentos, como mencionou, que tem sido um conflito  
461 atual. E, óbvio que se nós temos um conflito atual, ele pode até estar depois no  
462 desdobramento de uma atuação prioritária da tripartite para dirimir esses conflitos e criar  
463 um ambiente mais tranquilo de condução do tema. Então, seria só uma sugestão de que  
464 nós pudéssemos excluir. E quando a gente fala...

465 **A SRª ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**  
466 **Adjunta do MMA)** – Bom dia a todos, tudo bom? Bom dia a todos e todas. Gostaria só  
467 de fazer um comentário em relação ao termo “padronização de procedimentos”. Talvez  
468 pudesse ser mais “harmonização de procedimentos”, porque a padronização é uma coisa  
469 mais forte. Eu acho que os Estados, a União e os Municípios têm que harmonizar, mas  
470 cada um tem suas peculiaridades, suas especificidades, e que vão ter algumas  
471 diferenças aí. Eu acho que ficaria melhor, não sei o que vocês acham.

472 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – A palavra  
473 “padronização”, ela acrescenta um desafio que às vezes não é possível de dirimir. Não  
474 sei se é “harmonização” ou “melhoria de procedimento”.

475 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – Gostaria só de fazer  
476 um adendo aí com relação a essa palavra “padronização”. Na apresentação do Portal  
477 Nacional do Licenciamento Ambiental, eu vou explicar melhor o que é essa padronização  
478 dentro do sistema, está?

479 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Ok. Talvez não  
480 esgotar em padronização, talvez acrescentar harmonização e padronização, porque  
481 quando for possível, ela se aplica, e quando não, a gente faz a harmonização. No eixo,  
482 podemos deixar os dois, porque efetivamente pode haver a padronização, mas em outros  
483 casos, não é ela que vai determinar a nossa atuação, e sim a harmonização. Acho que  
484 já temos mais uma contribuição em relação a esse tema. Quando a gente fala em  
485 governança federativa, eu vi ali que está a formação de gestores municipais, mas,  
486 invariavelmente, nós temos a capacitação dos gestores, até em outros níveis, nos  
487 estaduais. Nós estamos, por exemplo, em um momento em que a Ibama e os Estados  
488 estão trabalhando a capacitação para manejo florestal sustentável. Talvez deixar um

489 pouco mais geral, não só municipal, porque isso pode trazer uma troca de experiências  
490 para todos. É óbvio que, talvez, na realidade atual, tem que ter um foco central para os  
491 Municípios, só não deixar fechado só a eles. Mas eu compreendo que a demanda hoje,  
492 ela pede que exista um olhar especial para a formação dos gestores. Compreendo isso.

493 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
494 Pedindo a palavra. Esse tema específico foi posto por nós para pedir essa questão da  
495 formação de gestores municipais, que nós temos muita divergência em alguns Municípios  
496 que não têm qualificação e querem licenciar. E esse é um pedido que nós, que fazemos  
497 parte da ANAMMA, com o CB27, nós temos batido. As capitais todas têm muita  
498 capacidade e, lá, tem muita dificuldade com os Estados nas questões de licenciamento  
499 com o Município. Há sempre uma ação de ingerência. Então, esse é o fórum para que os  
500 Municípios provem e capacite cada vez mais os seus técnicos. Mas nada que não possa  
501 acrescentar. Estado, Ibama e um outro também. Tudo certo. Mas o foco aqui, realmente,  
502 nós temos 5.600 Municípios nesse país que tem nada e precisa ser capacitado. Quando  
503 você citou a questão do CAR, é de muita importância. Junto com o CAR, tem um  
504 programa que nós vamos apresentar ao Ministério, onde nós poderemos colocar nos  
505 Municípios que estão abaixo de 50 mil habitantes, abaixo de 15 mil, toda uma qualificação  
506 muito simples, com um mapa de segmento nacional. Então, nós vamos apresentar a  
507 ABEMA antes de trazer para o Município. Então, essa questão aqui da capacitação, ela  
508 passa muito, muito, muito por isso, para que nós possamos qualificar mais Municípios,  
509 para que mais Municípios possam operar, conjuntamente com os Estados, as ações de  
510 fiscalização, de implementação de educação ambiental e de todas as outras políticas  
511 públicas, para que, efetivamente, o SISNAMA possa existir, porque aí não adianta o  
512 Município que não tem capacidade querer licenciar. É isso.

513 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Eu queria só complementar que  
514 é interessante que a gente vai observando que, apesar de a gente organizar em eixos,  
515 eles vão sempre estar se permeando. Então, licenciamento é um tema que vai estar  
516 presente nos três eixos. Logo mais a gente vai fazer a apresentação do Portal Nacional  
517 do Licenciamento, provavelmente a diretriz da tripartite não vai ser com relação só ao  
518 portal, mas pode se relacionar à questão da formação, a questão da padronização de

519 procedimentos. Então, eu acho que esses eixos, eles são mais para a gente organizar o  
520 pensamento, mas não necessariamente eles vão estar...

521 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu compreendo.  
522 Eu ia fazer a seguinte complementação, que eu acho que ela atende a todos. Se, no  
523 exemplo do tema, nós deixarmos a formação de gestores ambientais, ao a ANAMMA  
524 apresentar sua demanda dentro desse eixo, ela vai focar exclusivamente nos municipais.  
525 Talvez em uma estratégia de prioridade ou alguma demanda específica. Lembrando que  
526 o objetivo dessa definição é que nos orientem a depois trazer para a tripartite um  
527 detalhamento do que poderia ser chamado de um projeto, uma proposta. Então, acho  
528 que, se nós deixarmos ela mais ampla, podem vir propostas específicas, mas atenderá  
529 ao que o objetivo principal, no caso aqui de quem sugeriu inicialmente o tema, que é da  
530 ANAMMA, de formar gestores municipais. Ou nós colocarmos formação de gestores e  
531 agentes ambientais, porque aí nós podemos incluir os conselheiros, gestores e agentes.  
532 Porque pode haver algum eixo específico depois para fiscalização, outro para unidades  
533 de conservação. E, evidentemente, o que estartou essa proposta, que é o licenciamento.  
534 Mas nós temos outros eixos que podem vir no momento seguinte. Mais alguma sugestão?

535 **O SR. WELISON SILVEIRA – TITULAR (ANAMMA CB27)** – Bom dia a todos e todas.  
536 Welison sou Secretário de Meio Ambiente em João Pessoa. Foi muito oportuno essa  
537 interação que fazem os Órgãos ambientais. Vendo as propostas e sugestões colocadas,  
538 faltam alguns temas que eu queria colocar, para se aprimorar em relação à educação  
539 ambiental. Algo que não só os Órgãos de meio ambiente, próprios Órgãos de educação,  
540 muitos Órgãos ligados à saúde, até mesmo os Órgãos de segurança pública. Falando  
541 em capacitação, não só para os gestores que fazem os Órgãos ambientais, mas para  
542 todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, estão integrados. Fora não integrem  
543 o SISNAMA, esses outros Órgãos interagem diretamente dentro da formulação de  
544 políticas públicas ambientais. A capacitação desses gestores acho que é essencial a  
545 gente integrar. A gente tem a defesa civil, Órgãos ligados às ZOONOSES, que também  
546 podem fazer parte desse processo de capacitação e integração dessas políticas.  
547 Também pensando na política intersetorial, a gente tem a questão da política de fauna.  
548 Então, a pauta da gestão de fauna, de jardins botânicos, ela interage entre os Órgãos do

549 ICMBio, Órgãos de meio ambiente estadual e municipal, e cada um tendo a sua gestão,  
550 ou gestão terceirizada, ou gestão própria, mas vão tocando dentro da sua realidade local.  
551 Eu acho que a gente pode trabalhar dentro de uma política de padronização, trocas de  
552 experiências e até mesmo de uma sinergia maior de implantação dessa política de uma  
553 forma mais homogênea. E por fim, a implantação de ferramentas dispostas na legislação  
554 ambiental federal, que muitas vezes não se reproduzem, não se replicam na legislação  
555 estadual ou municipal. Quando o Marçal coloca a capacitação dos Órgãos, das  
556 Secretarias locais de meio ambiente, só criar a Secretaria de meio ambiente local. Não é  
557 só aprovar um código de meio ambiente, mas se implantar as políticas públicas, como  
558 por exemplo, pagamento de serviços ambientais. Outras ferramentas tantas que nós  
559 podemos facilitar essa implantação, a política de hortas comunitárias, trazendo  
560 segurança alimentar, a política de implantação de viveiros para reflorestamento dos  
561 nossos biomas. Então, são pontos e experiências que talvez nós possamos trazer aqui  
562 para a comissão, para que a gente possa replicar nos nossos Estados e Municípios.

563 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – Antes da Mauren  
564 falar, eu gostaria de pedir aqui a atenção. Pessoal que está assistindo fora aqui do  
565 Ministério, pelos links, estão pedindo que fale em frente ao microfone e mais próximo,  
566 porque está cortando. Está ok? Por gentileza. Obrigada. E se apresentar por gentileza,  
567 por conta da gravação.

568 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**  
569 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio)** – Marcelo Marcelino,  
570 ICMBio. É na esteira do colega e conterrâneo. Verdade. Eu vi aqui que na esteira que  
571 você colocou, tem os planos de biodiversidade, que eu acho que está genérico, mas  
572 assim, ele pode se debulhar em vários tópicos, mas eu acho que nesse momento há dois  
573 tópicos que eu acho importante a gente destacar, buscar uma padronização, que um é a  
574 questão de enfrentamento a epizootias, no caso a gripe aviária, não é, que nós temos no  
575 Sul. A situação que a gente tem, há diversos protocolos que precisam ser padronizados.  
576 A gente mesmo. Se não me engano, tem mais de 30 Municípios lá no Rio Grande do Sul  
577 que estão enfrentando essa situação. Já tivemos situações parecidas, não a gripe aviária,  
578 [ininteligível], mas foi uma outra situação. Mas essas são questões mais emergentes que

579 a gente precisaria priorizar. A outra questão que no Nordeste, realmente é algo grave em  
580 todo o Brasil, que é a questão de enfrentamento também do controle de espécies exóticas  
581 invasoras. Questão que perpassa todo o país, mas nesse momento a questão do peixe-  
582 leão nas praias do Nordeste é algo que precisa enfrentar com clareza. Os animais serão  
583 usados para comércio, não serão usados, vão estimular, não. Então, acho que essa é  
584 uma política que a gente precisa priorizar dentro aqui desse padrão que foi proposto para  
585 as biodiversidades. Tem outros, mas esses aqui acho que são mais emergentes. A gente  
586 pode depois, no correr das nossas reuniões, abordar os outros. Mas esses aqui acho que  
587 são mais emergentes agora.

588 **A SR<sup>a</sup> ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**  
589 **Adjunta do MMA)** – Na linha do que o Marcelo colocou, a gente percebe que se formos  
590 trabalhar todas as agendas que nós teríamos que alinhar, seria quase um mundo de  
591 questões. Então, eu acho que o importante, do foco agora, é a gente buscar priorizar os  
592 temas centrais, assim, os desafios iniciais, porque muito provavelmente, ao avançarmos  
593 em uma primeira etapa, a gente vai abrir uma janela para muitas outras temas e  
594 providências e alinhamentos que teremos que fazer para o futuro. Então, eu acho que  
595 focar em um grupo de temas que agora são emergenciais ou prioritários, eu acho que  
596 tem esses dois enfoques, seria importante porque, a partir deles, nós vamos abrir uma  
597 série de recomendações e de encaminhamentos que já vão ser bastante robustos para  
598 o trabalho inicial da tripartite. Então, eu acredito que temos muitos outros que não estão  
599 aqui, mas acho que, para uma primeira etapa, a gente tem que limitar aí as questões  
600 relevantes.

601 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu faço coro com  
602 suas palavras, Ana, porque são exemplos de temas e nós não vamos conseguir tratá-los  
603 todos de forma prioritária. Não há como fazer tudo ao mesmo..., tudo aquilo que nós  
604 temos como importantes de forma prioritária. Nós vamos ter que elencar, dentre aquelas  
605 agendas que são importantes para todos nós, o que é prioritário e, obviamente, na  
606 sequência, reprojeter à medida em que nós excluimos os temas da nossa agenda  
607 prioritária, certo? Só fazendo um encaminhamento, para não nos perdermos muito,  
608 depois eu passo para o Marcelo, que está on-line. Dentro da sugestão que está

609 consignada aqui pelo Welison, acho que nós podemos inserir na formação dos agentes  
610 e gestores ambientais um papel da educação ambiental nesta formação em conjunto. E  
611 acho que também já atende ao fortalecimento, dentro da governança, ao fortalecimento  
612 dos conselhos, que não é só necessariamente criar, como ele bem registrou. E, em  
613 relação ao que o Marcelo Marcelino consignou, nós temos o plano de biodiversidade e  
614 agora vamos ter uma oficina extensa com a participação dos Estados, agora em  
615 novembro. E acho que dele pode-se desdobrar algum plano emergencial para essas  
616 situações citadas. Não, talvez, como um todo, porque ele já vai estar na nossa agenda  
617 com os EPAMBs, mas nós podemos desdobrar essas emergências citadas, talvez  
618 pontualmente, como prioritário, concorda? Acho que isso atenderia ao que nós  
619 consignamos aqui, sem abrir muito o leque, porque nós estamos...

620 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Mas  
621 colocando os Municípios, não é, nessas reuniões?

622 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Sim, não, tudo o  
623 que nós estamos falando aqui, nós estamos pensando que vão integrar os três Entes,  
624 cada um na medida da sua competência, atribuição e condição de atuar. Senão,  
625 acabamos somando esforços para suprir, eventualmente, uma outra maior deficiência.  
626 Mas sempre com o olhar de que? Insere no eixo da discussão para fortalecer.

627 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
628 Quando fala assim, estamos falando, por exemplo, invasão no mar. E o que tiver mar,  
629 especificamente, pedir para que seja convidado. E deixar consignado o pedido.

630 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Sim, eu acho que  
631 era essa a intenção também, não é, Marcelo? Eu vou passar a palavra para o Marcelo,  
632 que está on-line. Por favor, Marcelo.

633 **O SR. MARCELO MARCONDES – TITULAR (Reitor do Instituto ANAMMA) –** Olá, bom  
634 dia, Presidente Mauren. E aí, na medida, cumprimento todas as mulheres. Presidente  
635 Marçal, cumprimento todos os colegas presentes. Eu sou Marcelo Marcondes, reitor do  
636 Instituto ANAMMA. E eu trago aqui, como contribuição, nesse foco de capacitação, que

637 o Instituto ANAMMA, em conjunto com a diretoria da ANAMMA, nós estamos preparando  
638 um curso de governança ambiental para ser lançado no início do próximo ano,  
639 provavelmente entre fevereiro e março. E é um curso voltado a gestores. E esse curso  
640 converge com o que foi dito aqui, por todos os colegas, sem nominar. E o  
641 encaminhamento que eu faço é que a gente una esforços, venha a unir esforços, até  
642 mesmo com a participação do Estado, de outras instituições que estão aí representadas.  
643 Dessa forma, nós podemos oferecer a todo o público esse curso. Então, eu quero fazer  
644 esse encaminhamento. Sabemos que temos os temas prioritários, e esse tema prioritário,  
645 ele é diferente para cada região. Todo mundo tem o seu tema prioritário. Daí, como a  
646 Presidente Mauren disse, sabemos que isso aí dificulta, se for colocar tudo que é  
647 prioritário, que a agenda é extensa. Porém, dá para a gente definir uma série de ações.  
648 E quando, até reforçando essa fala do Presidente Marçal também, é importante que a  
649 ANAMMA participe desses encontros, dessas reuniões, por mais que, por vezes, vocês  
650 possam entender, as senhoras e senhores entendam que às vezes não cabe ao  
651 Município, mas reforçando que as políticas são executadas nos Municípios. Então, assim,  
652 a ANAMMA tem uma capilaridade, tem a representatividade em todos os Estados, em  
653 todos os Municípios, e aqui também a gente reforça esse papel de participação nos  
654 conselhos estaduais, que é o fortalecimento da tripartite, que, por vezes, a ANAMMA ou  
655 os Municípios, se não quiser intitular como ANAMMA, mas os Municípios são deixados  
656 de fora desses diálogos. E aí, na hora de execução, executa-se no Município. Então,  
657 assim, fica uma coisa estranha, podemos dizer assim. Mas o encaminhamento breve,  
658 Presidente, é esse, que a gente possa construir essa agenda de formação e que  
659 possamos aí unir esforços esse curso de governança ambiental, seja em convergência  
660 com tudo que vem sendo discutido aqui. Então, esse é o meu pedido, porque nós que  
661 lançamos essa ideia na reunião anterior de capacitação, eu lembro que eu contribuí  
662 nessa fala, e nós sabemos que é fundamental, porque a dificuldade do técnico no  
663 Município para executar a política pública é infinitamente maior do que dentro do Governo  
664 do Estado. E, assim, nós sabemos que dá para unificar essas agendas. É isso. Eu  
665 agradeço a palavra e devolvo.

666 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Obrigada,  
667 Marcelo. Eu acho que nós... Vou passar a palavra e depois eu vou tentar fechar aqui esse  
668 nosso eixo, ok?

669 **A SR<sup>a</sup>. ISIS AKEMI MORIMOTO (Departamento de Educação Ambiental e Cidadania**  
670 **– MMA /DEA)** - Está certo. Só uma parte, então. É bom, eu sou Isis Akemi Morimoto, sou  
671 do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania, aqui do Ministério do Meio  
672 Ambiente. E só para fazer uma parte, porque também estamos conversando com o  
673 SISNAMA, com a ANAMMA, para a retomada dos PNCs, do Programa de Capacitação  
674 Nacional de Gestores. Então, está nesse diálogo e que aí, como bem disse o Marcelo,  
675 vamos unir esforços aí para que uma ação de formação complemente a outra e que fique  
676 um processo formativo bem interessante. Então, só para complementar.

677 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Mauren, só para também trazer  
678 a questão de como é exemplificativo esse rol, a gente fez um levantamento no Ministério  
679 com todas as Secretarias vinculadas sobre sugestão de temas para tripartite. E foram 40  
680 temas sugeridos. Então, a gente nem trouxe para essa lista, porque essa lista aqui foi  
681 uma lista que veio da nossa reunião anterior. E justamente para também a gente não  
682 chegar com uma agenda que atropela o que os entes vão se organizar para trazer. Então,  
683 a gente vai precisar fazer uma organização prévia entre os três entes, as três esferas,  
684 para a gente organizar essas agendas aqui. Já tendo como diretriz que provavelmente a  
685 gente vai precisar de mais do que reuniões trimestrais para tocar essas agendas. Depois,  
686 ao final, vou fazer um informe sobre os grupos de trabalho também. Mas é isso. A ideia  
687 é como a gente traz como recomendações. Como a gente traz isso já com um indicativo  
688 do que a gente precisa da tripartite para que essas agendas avancem.

689 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Perfeito. Eu  
690 entendo que, de certa forma, as contribuições aqui foram valiosas para aprimorar. Mas  
691 acho que nós precisamos encerrar e fechar para não ampliar demais. E, com isso, não  
692 conseguimos orientar os nossos trabalhos. Então, eu vou só fazer um resuminho do que  
693 nós anotamos aqui. No eixo de governança, nós tornamos um pouquinho mais geral a  
694 capacitação para a formação de agentes e gestores ambientais. E, obviamente, nós  
695 podemos já ter um projeto piloto, que é esse sugerido pela ANAMMA, de focar na



696 capacitação dos gestores ambientais voltados ao licenciamento. Mas isso também pode  
697 se ampliar, se não no mesmo evento, em uma atuação paralela para os conselhos, para  
698 os Conselheiros, enfim. Acho que essa é uma atuação que atende a todos. E a inclusão  
699 da educação ambiental nessa governança. Na integração das informações, a sugestão  
700 de incluir o CNIR, para que ele tenha um vínculo de integração. E também, como houve  
701 a sugestão da gestão de fauna, eu acho que caberia incluir, até porque nós estamos na  
702 fase de aprimoramento do sistema que visa fazer a gestão da fauna. E aqui, de  
703 padronização, harmonização e padronização de procedimentos, poderíamos incluir nos  
704 planos de biodiversidade um desdobramento de planos de emergência. Para a atuação,  
705 não é, Marcelo?

706 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**  
707 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio) –** São dois que eu propus.

708 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Isso.

709 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**  
710 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio) –** Os planos de emergência  
711 para epizootias, mas, principalmente, para o controle de espécies óticas invasoras. Esses  
712 dois são os principais.

713 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Isso, é. Dentro  
714 dos planos de biodiversidade. Ou a gente já leva ele para a pauta depois, deixa aqui o  
715 plano em geral, mas traz essa de plano de emergência para a pauta já como uma atuação  
716 imediata dentro desse exemplo de tema do eixo de harmonização e padronização.

717 **O SR. BRAULIO F. DE SOUZA DIAS (DCBIO/MMA) -** Mauren, bom dia. Eu queria, em  
718 algum momento, dar uma notícia rápida sobre o workshop que nós estamos organizando  
719 em conjunto com a ABEMA, esse mês, sobre biodiversidade.

720 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Perfeito. Acho que  
721 nós podemos, ao final, já tratar disso. Quando a gente inserir na nossa pauta aqui, já o  
722 trabalho do plano de emergência, a gente faz um informe geral sobre o encontro, ok?  
723 Então, podemos declarar aprovado?

724 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**  
725 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio)** – Só para afirmar que, além  
726 das emergências, o controle de espécies óticas invasoras, que esse é o mais grave que  
727 a gente tem no momento. Quer dizer, todos são graves, mas esse é o mais espalhado  
728 no Brasil. Só para deixar...

729 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Acho que a gente  
730 detalha isso na sequência da pauta, para ficar registrado.

731 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Nós  
732 estamos lá no Nordeste, com uma ação especificamente em Alagoas, de um sururu, que  
733 é um invasor, que está tomando uma laguna, que é uma ação muito, muito... Como nós  
734 temos um convênio com a universidade, os Municípios agora se juntaram, estão com os  
735 estudos para ver como é isso. Exatamente dessa ação. Então, por isso me lembrei.

736 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Perfeito. Então,  
737 acho que fechamos essa proposta dos eixos, esgotamos, no primeiro momento, o item 1  
738 da nossa pauta, e passamos, então, à integração das informações dos entes federados,  
739 com a apresentação do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental. Marcela.

740 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Antes de a gente começar a  
741 apresentação, queria trazer que esse tema da gestão, a integração de informações,  
742 gestão integrada de informações entre os entes federados, foi trazido como uma  
743 demanda pela ABEMA, que veio da Bahia. Eu conversei com o Secretário Sodré,  
744 Eduardo Sodré sobre como abordar esse tema, e veio uma questão que assim, hoje,  
745 existem diversos portais, sistemas que trabalham com essa integra o de informa es e  
746 precisaria de um olhar integrado sobre eles, porque, muitas vezes, eles estão dispersos,  
747 algumas das informa es não se cruzam, informa es que poderiam ser utilizadas por  
748 vários portais e para a análise das políticas,   muito importante poder ter um olhar que  
749 cruze informa es nos territórios, ter indicadores e formas de avalia o de políticas  
750 públicas que sejam beneficiadas por esses sistemas. Então, para falar que esse   o  
751 guarda-chuva da discussão do Portal Nacional do Licenciamento, e que a nossa ideia,  
752 até conversando hoje com a Mauren,   que a gente pudesse trabalhar em um diagnóstico

753 desses sistemas que existem hoje, para pensar uma proposta de integração, ou, pelo  
754 menos, de harmonização, de como a gente pode ter diretrizes para orientar os Estados  
755 e Municípios no abastecimento de informações nesses portais. Então, é nessa linha que  
756 a gente quer caminhar. E, então, a gente trouxe a questão do Portal Nacional do  
757 Licenciamento, que a parte da nossa equipe de SISNAMA, foi responsável por conceber  
758 esse portal. E ele é um portal que ficou, durante os últimos anos, com pouca alimentação.  
759 E agora a gente está retomando essa atualização do portal. Estamos em diálogo já com  
760 os Estados sobre como atualizar as informações. E temos o desafio justamente de  
761 ampliar para os Municípios, Marçal. Então, essa discussão sobre como incluir  
762 informações municipais sobre licenciamento está ligada a esse portal. Eu não sei se o  
763 Eduardo gostaria de fazer alguma complementação com relação a esse tema.

764 **O SR. EDUARDO MENDONÇA SODRÉ MARTINS – SUPLENTE 1 (Secretário de Meio**  
765 **Ambiente da Bahia) –** Bom, bom dia a todos e a todas. Na verdade, me perdoem a voz.  
766 Está saindo de uma grossa. Não é Covid, já fiz o teste. Então, está tudo certo. Eu tenho  
767 um filho de 10 meses em casa, então, o cuidado é redobrado. A ideia, Marcela, nesse  
768 sentido que a gente conversou, é justamente por isso. A gente tem o CAR, tem o SisPass,  
769 então, enfim, a gente poder, os Estados também têm seus sistemas. Então, a ideia,  
770 justamente, e pegando um pouco daquela ideia da padronização, é de que forma... A  
771 gente viu isso também, Mauren, sabe, em relação ao Cerrado. Qual é o sistema que a  
772 gente vai utilizar? É o DETER, é o MapBiomas? Enfim, trazer essa gestão integrada de  
773 informações para que essa informação chegue na ponta para o Município, para o Estado,  
774 para a União, e não fique... A gente enviou, enviou, tem um comprovante para o sistema,  
775 o sistema vai saber como foi feito. Ou, enfim, uma sala de situação. Enfim, acho que a  
776 ideia é a gente começar essa discussão para que facilite o trabalho de todos. Já que a  
777 gente tem imbuído de objetivo em comum, a parte tecnológica tem que fazer parte desse  
778 trabalho também.

779 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** O desafio  
780 adicional que nós colocamos aqui, acho que hoje é entender o estado da arte atual. Acho  
781 que é por isso que nós mencionamos um diagnóstico, porque talvez a gente não tenha  
782 condições de definir a melhor estratégia sem compreender o estado da arte para todos

783 nós. Mas também precisamos retomar e conhecer como está o portal e avaliar isso em  
784 conjunto. Agora, acho que não resta dúvida a todos nós que gerar informação é essencial  
785 para que nós possamos definir as políticas públicas e definir as medidas corretivas e  
786 entregar aí, os melhores resultados. Compreendo que podemos começar aqui por  
787 conhecer um pouquinho mais de como está o Portal Nacional, que acho que é esse o  
788 objetivo, e depois fazermos como se fosse um planejamento de como nós vamos fazer  
789 esse diagnóstico para encontrar o estado da arte e, na sequência, um plano de ação para  
790 efetivamente organizar, integrar essas informações.

791 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Eu nem mencionei a palavra,  
792 mas eu vou trazer. Desde 1981, na Política Nacional do Meio Ambiente, nós temos a  
793 previsão do SINIMA. O SINIMA é uma discussão corrente na tripartite nacional. Já  
794 tiveram vários grupos de trabalho e temas de governança para pensar esse Sistema  
795 Nacional de Informações Ambientais. O exercício que a gente está fazendo aqui, em vez  
796 de pensar o que é o SINIMA, é justamente o que a Mauren falou, o que temos. Porque,  
797 na verdade, o SINIMA existe da forma como ele é hoje, não é? Talvez ele precise de  
798 aprimoramentos. E aí, como a gente utiliza o que a gente tem hoje para trabalhar de  
799 forma mais integrada e qualificar o que a gente tem? Então, a gente está fazendo esse  
800 exercício no departamento focado nesse grande projeto de concepção de sistemas  
801 integrados, que é o SINIMA. E para a gente é muito importante também conhecer as  
802 experiências estaduais e municipais de sistemas de informação. Então, como a Bahia,  
803 como o Mato Grosso, como São Paulo estão trabalhando e como os Municípios estão  
804 trabalhando os seus sistemas de informação para pensar como a gente vai pensar a  
805 integração. Mônica, pode fazer sua apresentação.

806 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – Bom dia a todos e  
807 todas. Nós vamos reforçar aqui um pouco da fala de cada um que me antecederam e  
808 mostrar o Portal Nacional de Licenciamento como uma ferramenta que traz e fortalece  
809 muito para as tomadas de decisões das políticas de meio ambiente aqui, principalmente  
810 no licenciamento ambiental. O Portal de Licenciamento Ambiental, ele foi concebido  
811 desde 2005. Lógico que nesse período nós não tínhamos ainda uma tecnologia  
812 avançada. E com o tempo, em 2012, já foi feita uma atualização com novas tecnologias

813 que nos permitem trazer essa transparência das informações com mais agilidade para  
814 poder tomar as decisões. O Portal de Licenciamento é uma ferramenta que divulga, não  
815 é, os processos de licenciamento, permitindo o acesso de todos os Estados e do Ibama  
816 e do Distrito Federal. Atualmente, em tempo real, ele nos concede essa informação. Em  
817 tempo real. Estamos, novamente, resgatando também essas informações que o portal já  
818 tinha absorvido, todas essas informações. E, nos quatro anos passados, eles foram  
819 retirando essas informações do Portal de Licenciamento. Ele não estava em tempo real,  
820 não estava colocando as informações devidas, como o texto da licença, onde os bancos  
821 utilizam para poder fazer os financiamentos aos empreendedores quando chegam lá  
822 solicitando o financiamento. Então, essa ferramenta nos permite o acesso dos Órgãos  
823 Ambientais, do licenciamento, Ibama, como falei. Ele com isso, ele fortalece o SISNAMA,  
824 porque, com esse banco de dados fortalecido de todos os Estados, nos dá esse  
825 fortalecimento que você tem como utilizar essas informações para várias decisões que  
826 os Órgãos queiram tomar, não só o Ministério, mas todos os Órgãos, porque o acesso é  
827 aberto a todos. E, também, como a Marcela falou, ele nos permite ser a consolidação do  
828 SINIMA, ele já é um braço do SINIMA, esse Portal de Licenciamento. Pode passar. Essa  
829 é mais ou menos, não vou entrar muito na parte técnica, só para que vocês tenham a  
830 ideia, que o PNLA, como vocês estão vendo, não é linguagem XML, ele tem o serviço  
831 dos WebServers, que ele vai no banco de dados de todos os Estados e ele faz essa  
832 leitura. Ele não nos permite mexer em nenhum dado. Ele apenas lê no banco de dados  
833 e traz para nós, da forma que é colocado no banco de dados de cada Estado. Então,  
834 hoje, atualmente... Pode passar. Aqui a gente... Uma forma... Eu ia antecipar aqui o slide  
835 na frente, mas vou voltar aqui, porque hoje, com a ideia de os Municípios integrarem  
836 também ao Portal de Licenciamento, nós, hoje, com a tecnologia que foi atualizada em  
837 2002, nós já podemos fazer esses WebServers dos Municípios que estão preparados aí,  
838 Marçal, teria que ser os Municípios que têm o sistema já todo estruturado e nós podemos  
839 pegar... O Ministério mesmo pode ajudar com isso naqueles Municípios, começamos a  
840 entrar com os Municípios que tenham já essa estrutura e começar a colocar os Municípios  
841 integrando ao Portal de Licenciamento. Fazemos, prestamos esse apoio no que der.  
842 Lógico que os Municípios são 5 mil e poucos Municípios, isso seria impossível no primeiro  
843 momento, mas poderíamos já trabalhar nesse, vocês fazerem um levantamento desses

844 Municípios que estão mais bem estruturados e passar para nós, que aí o Ministério  
845 procura ver como pode dar esse apoio, está? Para a integração dos Municípios. Aqui é  
846 um pouco da identidade do portal, deixei aqui para vocês verem, como o Portal Nacional  
847 de Licenciamento Ambiental. Esse é um portal, que a gente chama de portal, porque ele  
848 abastece de informações, desde o iniciante, ao que quer saber o que é o licenciamento  
849 ambiental, que é muito importante. Muita gente, estudante, quer fazer os seus trabalhos,  
850 que começam a saber como se faz o licenciamento ambiental. Ali na frente, nós temos  
851 uma publicação que foi feita pelo Ministério do Meio Ambiente, o procedimento do  
852 licenciamento ambiental do Brasil, onde nós colocamos todos os procedimentos de todos  
853 os Estados do Ibama e do Distrito Federal e que atualmente nós já estamos atualizando  
854 essa versão. Ele foi publicado em 2016 e nós já estamos começando, entrando em  
855 contato já, assim, em bloco, porque é muita informação, e nós estamos já atualizando  
856 essa versão dessa publicação. Inclusive, essa publicação sai até em edital de concurso  
857 de alguns Estados, viu? É bem procurado, eu acho que vale a pena dar uma olhada  
858 depois. Aí, aí, então, dentro do próprio portal, vocês veem aquele íconezinho ali azul em  
859 que ele entra nos sistemas do licenciamento ambiental de todos os Estados. Você clica  
860 e faz uma pesquisa. Eu não coloquei detalhado, porque eu não quero entrar muito na  
861 parte técnica, só dando uma noção, até porque muitos daqui já conhecem o Portal  
862 Nacional de Licenciamento Ambiental e nós só estamos reforçando aqui para quem não  
863 conhece e mostrando a situação, o status atual, como ele se encontra. Hoje, esses  
864 íconeinhos que estão em verde, ele está trazendo a informação do banco de dados dos  
865 Estados em tempo real. Então, hoje, qualquer licenciamento ambiental, ali ele fala o ano  
866 que começou a disponibilizar a informação, nessa segunda coluna, e na terceira, ele  
867 manda ver os detalhes da licença. Lógico que aí tem o filtro, você procura por tipo de  
868 tipologia, qual é a tipologia que você está procurando. Se você já tem a LPA, quer  
869 procurar só as LPs, LIs, LOs.

870 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Eu queria perguntar para quem  
871 está projetando, se consegue dar um zoom, só para a gente ver um pouco melhor.

872 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – Conseguiram? É por  
873 isso que eu sento aqui perto. Então, hoje em dia, nós temos já, para vocês verem a

874 importância do portal, nós temos 2 milhões, mais de dois milhões duzentos e poucos  
875 processos de licenciamento já disponibilizados nesse site. Dois milhões. Então, são  
876 muitos processos, e ainda resgatando alguns que ainda ficaram de fora nesse período  
877 dos quatro anos. O portal está sendo conversado com todos os Estados. Nós estamos  
878 atualizando, porque, nesse período, colocara, fecharam as informações, e nós estamos  
879 voltando e resgatando com essas informações dentro desse processo. Olha, como vocês  
880 viram aí, o verde está em tempo real, o amarelo atualiza a cada 24 horas. Se deu um  
881 problema no sistema de informação, no banco de dados do Órgão, mas o sistema não  
882 perde a informação, ele fica atualizando, na última atualização até 24 horas. O azul são  
883 esses Estados que, infelizmente, estão com problemas e não possuem sistemas, e é  
884 aquilo que foi falado aqui. Quem puder ajudar, nós vamos ajudando os Órgãos que não  
885 têm o sistema, para que eles consigam colocar suas informações aqui. Então, são três  
886 Estados que não existem. Aí a informação. E aí hoje é o resultado, o status de como se  
887 encontra o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental. Nós procuramos ver com vocês,  
888 aproveitando a presença dos Secretários, representantes dos Secretários de Meio  
889 Ambiente, para que nos ajudem nessa articulação dentro dos seus Estados, porque todo  
890 mundo sabe que não é fácil você conseguir ficar colocando as informações dos processos  
891 de licenciamento. Então, nós pedimos a todos os Secretários que, lógico que,  
892 geralmente, essas informações ficam dentro do banco de dados do órgão executor, que  
893 geralmente são os institutos presidentes dos Órgãos, mas a gente pede esse apoio dos  
894 Secretários. Quando você detalha ali a licença, colocamos só uma aqui para vocês terem  
895 uma ideia. Tem como ampliar? Uma ideia do tipo de informação que chega do portal de  
896 licenciamento. Ele traz o número do processo, ele diz qual é o Estado, ele dá os dados  
897 do empreendimento, ele dá os dados do empreendedor, ele coloca a situação em que se  
898 encontra o empreendimento, se ele está em análise, se ele está em LP, a situação, o  
899 status em que se encontra a licença, tem o número da licença, tem o número do processo,  
900 tem as coordenadas geográficas que, através dela, nós conseguimos fazer vários outros  
901 tipos de pesquisa que têm ajudado muito os outros trabalhos do meio ambiente. Depois,  
902 se vocês tiverem a curiosidade, podem entrar lá na parte de georreferenciamento, e  
903 vocês conseguem ver bastante, ver qual é o maior potencial poluidor, onde é que estão  
904 localizados esses empreendimentos dentro dos Estados. Ele te dá um retrato geral dos

905 empreendimentos dentro de cada Estado. Pode passar. Ah, dois minutinhos, volte aí,  
906 Pablo. Ali onde tem a palavra “arquivos”, aí era onde se encontrava todos os documentos  
907 do processo de licenciamento. Hoje não está, nós estamos resgatando. Até porque, como  
908 falei anteriormente, a FEBRABAN tem procurado a gente para poder atualizar isso,  
909 porque muitas vezes chegam empreendedores pedindo financiamento nos bancos e eles  
910 não têm... Eles não conseguem ver, por um papel, se há veracidade do documento.  
911 Então, pelo portal do licenciamento, dá mais segurança para eles verem a situação do  
912 empreendedor, se ele está com a licença ou não, para poder ser financiado.

913 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABE- MA) -** Mônica,  
914 responde uma pergunta. Ali estão as do Ibama também? Acabamos só olhando...

915 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA) –** Tem a do Ibama, sim.  
916 Volte aí, por gentileza, Pablo.

917 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABE- MA) -** Só não estariam  
918 as dos Municípios ainda?

919 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA) –** É, só não, hoje em  
920 dia, só não estão incluídos...

921 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABE- MA) -** E os três Estados  
922 que falamos.

923 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA) –** É, e os três Estados,  
924 está?

925 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** A gente vai mais para frente falar  
926 sobre as recomendações, mas a questão dos pontos amarelos, ela é muito importante.  
927 Porque quando, por exemplo, um financiador, uma entidade do sistema financeiro, ela  
928 vai fazer a consulta, ela quer saber, no momento, como está a situação do processo. E  
929 quando ele é atualizado só de 24 em 24 horas, ela não tem o status do momento. Então,  
930 essa também é uma orientação que a gente tem para os Estados, para que exista a  
931 atualização em tempo real.



932 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – É, o bom desse ícone,  
933 quando aparece amarelo, é que nós tenhamos... Sabe que está acontecendo algum  
934 problema no Estado, às vezes não é nem culpa do Estado mesmo, às vezes cai a internet,  
935 tem algum problema, e nós conseguimos, não é? Falar com eles e resolver o problema.  
936 Aqui eu fiz uma pequena explanação, só para que vocês tenham uma ideia do número  
937 de pessoas, a porcentagem que busca hoje o portal de licenciamento, e quem são esses,  
938 não é? São os financiadores, são estudantes, o próprio Ministério, que toda hora está  
939 abrindo para ver, o Governo Federal como um todo, não o Ministério do Meio Ambiente,  
940 mas vários Órgãos do Governo Federal, como o Ibama, o Ibama mesmo, eu tenho  
941 conversado com o pessoal lá, eles abrem o portal todos os dias para trabalhar com as  
942 informações, as universidades, os bancos. Então, aqui é um pouco disso. Esse número  
943 maior, aqui, em amarelo, são pessoas que a ferramenta não conseguiu identificar, são  
944 pessoas que entram em seus notebooks, computadores, sem se identificar se é banco,  
945 entendeu? Então, são outras pessoas que a ferramenta não conseguiu identificar. E aqui  
946 são as questões que aí até a Marcela pode conversar com vocês, jogar sobre como nós  
947 vamos discutir isso. Atualmente, certos Estados não atualizam, hoje, em tempo real. Isso  
948 é um resumo do que foi mostrado. Dois Estados.

949 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Três, não é? Que nós vimos que  
950 são três.

951 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – É, foi. Três Estados  
952 que não possuem o sistema de licenciamento. Que aí, vamos ver como nós vamos  
953 resolver esse problema. Não existe, aí é a padronização que eu queria falar um pouco  
954 para vocês. Uma padronização de código para o sistema. Quando falamos de  
955 padronização, é no código da tipologia, para a busca dentro do sistema. Entendeu agora?  
956 Porque, por exemplo, o Ibama utiliza o Cadastro Técnico Federal, os códigos do TCFA.  
957 E outros utilizam o CNAE. Outros utilizam seus códigos próprios. Então, quando vai se  
958 fazer essa busca dentro dos sistemas, nós não conseguimos ler o mesmo tipo de  
959 tipologia. Nos dá muito problema. Apesar que o Portal já fez um trabalho isso  
960 anteriormente, em 2013. Isso é desgastante de colocar, fazer essa correlação entre todas  
961 as tipologias. Mas acontece que, cada dia, aparece mais uma tipologia nova, entendeu?

962 Então, fica complicado. A minha sugestão, do meu ponto de vista, estou trabalhando com  
963 isso desde 2005, conhecendo o banco de dados de todos os Estados, eu gostaria muito  
964 que se utilizasse o CNAE como padrão. Porque aí você facilitaria. E mais agora que a  
965 nossa pretensão de colocar os Municípios, imagina, não vou dizer os 5 mil, que é  
966 impossível, como você falou, tem uns que não tem condições de licenciar, mas que seja  
967 3 mil, 4 mil, é impossível o sistema conseguir absorver isso se não tiver uma  
968 padronização de códigos. Então, eu vou deixar aí, para a gente colocar essa pauta aí,  
969 para pensarmos como a gente poderia trabalhar nesse sentido para a melhor forma, para  
970 que se faça essa pesquisa com maior facilidade e que traga uma resposta eficaz. Então,  
971 tem..., só dois minutinhos, Pablo. Tem a possibilidade de ampliar, com a inclusão do  
972 licenciamento aí dos Municípios, e, por fim, depois, quando chegarmos a um trabalho, a  
973 Marcela fala aí, uma proposta de uma resolução CONAMA. E aí eu passo a palavra à  
974 Marcela, que vai dar mais o encaminhamento. Obrigada.

975 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Obrigada, Mônica. Eu acho que  
976 era para trazer esse panorama, o desafio que é manter esse sistema atualizado, porque  
977 um sistema que não se mantém atualizado, ele perde a confiabilidade. E hoje são muitas  
978 entidades, muitas instituições que utilizam isso no seu dia a dia como uma fonte de  
979 informação. Então, é fundamental essa relação com os Estados e a possibilidade de a  
980 gente ampliar para os Municípios. A gente sugere a ideia de uma resolução CONAMA  
981 que possa criar esses critérios com relação à padronização das informações e também  
982 garantir a continuidade desse projeto. Então, é uma forma de institucionalização no  
983 SISNAMA a existência do portal para que não fique também dependendo da vontade  
984 política de quem está no momento. Mas isso é uma coisa para a gente avançar juntos,  
985 então, fica essa sugestão e eu agradeço a possibilidade de a gente poder falar sobre o  
986 portal.

987 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Braulio, por favor.

988 **O SR. BRAULIO F. DE SOUZA DIAS (DCBIO/MMA)** - Obrigado, Mônica. É fundamental.  
989 Sistema atualizado e funcionando plenamente. Eu queria mencionar uma possibilidade.  
990 O México, por exemplo, fez um enorme esforço de organização de bases de dados para  
991 facilitar o processo de licenciamento. Assim, todos os Órgãos Federal e Estadual têm

992 acesso a um conjunto enorme de bases de dados para poder fazer as demandas, por  
993 exemplo, de iarrimas. Então, com isso, o México conseguiu acelerar o processo, reduzir  
994 custos, porque eles não precisam mais, os técnicos não precisam mais solicitar tudo. Eles  
995 só pedem o que precisa complementar as bases de dados já existentes. Então, esse é  
996 um exercício que a gente poderia talvez fazer. Nesses últimos 15 anos, a gente investiu  
997 muito em consolidação de bases de dados ambientais. Temos um conjunto muito grande,  
998 que talvez pudesse ser organizado na forma de um portal vinculado a esse sistema, para  
999 facilitar todos os Órgãos que, quando recebessem um pedido, antes de já fazer uma lista  
1000 enorme de solicitações para a iarrima, consultassem o que já está disponível de dados.  
1001 E aí fizessem demandas mais pontuais, só para complementar a informação não  
1002 existente.

1003 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Braulio, acho que  
1004 esse é o sonho de consumo, que nós tivéssemos os sistemas todos parametrizados,  
1005 utilizando uma mesma base. E eu digo isso porque...

1006 **O SR. BRAULIO F. DE SOUZA DIAS (DCBIO/MMA)** - É um sonho de consumo possível.

1007 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – É um sonho de  
1008 consumo que tem que ser planejado. Esse desafio, mais recentemente, é o mesmo que  
1009 se enfrenta em relação ao CAR. Porque o CAR apresenta o mesmo desafio, talvez até  
1010 mais latente, porque estamos falando de dados geoespaciais, que apresentam os  
1011 desafios próprios. Mas eu entendo que isso precisa ficar no radar, porque tem Estados  
1012 que já têm essa iniciativa, como é o caso de São Paulo. São Paulo já aplica isso dentro  
1013 da matriz da sala de licenciamento de iarrima. Essa uniformização de dados e  
1014 disponibilização para outros. E acho que isso é até um dos itens que está na lei geral de  
1015 licenciamento. Mas pensando um pouquinho agora na realidade atual que nós temos, e  
1016 da proposta inicial, inicial aqui mesmo, em relação ao tema, precisaríamos entender, com  
1017 um pouco mais de detalhe, o estado da arte, não apenas do portal, porque o portal, agora,  
1018 nós vimos o cenário, mas da situação dos Estados e dos Municípios, para que possa ser  
1019 aprimorado o que consta no portal, atualizado, melhorado. Do âmbito da ABEMA. Eu vou  
1020 até compartilhar aqui algumas informações. Nós vamos fazer o contato com os Estados  
1021 para entender qual é a perspectiva de integração de informações. Então, Amapá,

1022 Rondônia e Roraima. Nós nos comprometemos a trazer o cenário e o estado da arte  
1023 desses três Estados. Eu também gostaria, Mônica, se pudesse compartilhar conosco a  
1024 apresentação, vou identificar os sete Estados que não enviam automaticamente, para  
1025 que a gente possa avaliar qual é o obstáculo. Talvez seja só um ajuste inicial que não  
1026 chamou atenção para essa ação. Em relação aos Municípios, Marçal, até dentro daquele  
1027 compromisso que tínhamos feito a ABEMA e a ANAMMA de apoiar e fortalecer a  
1028 descentralização, a atuação dos Municípios, no âmbito do nosso grupo de trabalho, nós  
1029 encaminhamos para todos os Estados, estamos nessa fase atual de consulta aos  
1030 Estados, da situação em cada ente da federação, de quantos Municípios licenciam, tem  
1031 um formulário com informações, infelizmente, até confirmei com a Magna, não está a  
1032 pergunta se o Município tem sistema ou não. Então, talvez nós pudéssemos somar  
1033 esforços para identificar, dentro desse cenário, quantos Municípios estão licenciando  
1034 hoje, ou individualmente, ou por consórcio, e qual deles tem um sistema operando. Para  
1035 que a gente possa entender. Talvez agregar, fazermos algo em conjunto, porque isso  
1036 depois pode nos auxiliar. E, para aqueles que não têm, qual é o maior obstáculo? Se é  
1037 um apoio para um sistema próprio, que aí nós podemos, no âmbito dos Estados, dos  
1038 Municípios da União, fazer uma cooperação para fornecer esses insumos que sejam  
1039 essenciais, para que nós possamos garantir no portal minimamente as informações em  
1040 relação às licenças, à sua validade, à tipologia. Entendo que é um desafio mesmo que a  
1041 gente compreenda um critério uniforme para identificação, senão fica difícil. Eu não sei  
1042 se vocês têm o cenário de quantos Estados utilizam códigos diferenciados, ou quantos  
1043 usam o CNAE. Eu acho que o CNAE, concordando com você, não é porque o Estado de  
1044 Mato Grosso usa o CNAE, mas é porque nós fizemos essa discussão no Estado de Mato  
1045 Grosso, e foi definido o CNAE por ele ter vínculo com outros atos autorizativos do poder  
1046 público que mantêm um alinhamento. É um código que ele acaba trazendo uma  
1047 uniformização para quem faz a consulta e quem entender se aquele empreendimento  
1048 está cumprindo desde as regras tributárias da sua existência até o licenciamento  
1049 ambiental. Mas é algo que a gente precisa colocar aqui dentro do Estado da arte para ver  
1050 qual é o grau de dificuldade de alterar para quem não usa.

1051 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** – Só complementando  
1052 porque muitos Estados alegam a não usar o CNAE porque eles falam que: “Ah, não, o

1053 CNAE é voltado para as atividades econômicas. E o meio ambiente tem a lista do meio  
1054 ambiente”. Mas existe o IBGE, com quem nós já também temos representações aqui do  
1055 Ministério do Meio Ambiente, já conversamos com eles, e eles têm condições daquelas  
1056 atividades que não se enquadraram dentro das atividades econômicas, serem inclusas  
1057 dentro do CNAE, entendeu? Então, aqueles que não conseguiram se enquadrar lá, que  
1058 não existe hoje na listagem do CNAE, tem como se conversar com o IBGE e o IBGE  
1059 incluí-los dentro do CNAE.

1060 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1061 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** – Thomaz da CETESB, São Paulo.  
1062 Reforçar que lá em São Paulo também a gente usa o CNAE, tanto para a classificação  
1063 de risco das atividades, para a resolução da liberação do CONSEMA, que estabelece a  
1064 competência municipal, também é feita por CNAEs, uma relação de CNAEs. E só para  
1065 lembrar, acho que tem que chamar o Ibama para essa discussão, porque pelo CTF eles  
1066 não usam o CNAE. E aí tem até um trabalho entre os Órgãos Estaduais e o Ibama para  
1067 reciprocidade das listas, mas acho que era interessante unificar para o CNAE também, a  
1068 gente é a favor.

1069 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Porque, senão,  
1070 nós vamos aumentar o conflito, não é, Marçal? A hora que passar para o Município. Com  
1071 a palavra, Marçal, desculpa, eu não ouvi.

1072 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Não,  
1073 tudo tranquilo. Desde o começo da gestão, dessa nossa atual gestão no Ministério, a  
1074 Mônica tinha nos feito um pedido para que nós pudessemos colocar já nos Municípios  
1075 que começassem a licenciar o CNAE. No meu caso específico do Município do Pilar,  
1076 Município de 40 mil habitantes, onde nós instrumentalizamos o licenciamento pelo CNAE,  
1077 e nós liberamos a licença em sete dias, on-line. Então, o CNAE para nós foi um facilitador.  
1078 Só que no Pilar eu tenho lei municipal de licenciamento, resolução do conselho municipal  
1079 de licenciamento, todos os técnicos, oceanógrafos, tudo que a 140 preceitua, eu montei  
1080 no Pilar e nós estamos licenciando tudo, com iarrima, com tudo, e em sete dias. O que é  
1081 que a gente faz? Ele entra com o CNAE, mas nós só recebemos se a documentação  
1082 estiver efetivamente correta. Não fica o “ou, ou, vai para lá, vem para cá”. Então, isso é

1083 prático, eu uso, estou usando no Pilar. Vou ver se já credencio, como é que faço, para  
1084 que o Pilar seja um dos Municípios que já possa entrar no licenciamento, porque eu, nós  
1085 já estamos efetivamente fazendo, e mais, o Ministério Público tem a senha, que foi feito  
1086 um termo de cooperação entre a nossa Secretaria e o Ministério Público, e o promotor  
1087 pode acompanhar todo o licenciamento, já com todas as etapas sendo analisadas pelos  
1088 técnicos. Só a título de contribuição, que é um Município pequeno, do Nordeste, que pode  
1089 fazer, e nós estamos fazendo.

1090 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Então eu acho  
1091 que nós podemos fazer os encaminhamentos em relação a esse eixo, para passar para  
1092 o próximo item de pauta. Anna.

1093 **A SR<sup>a</sup> ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**  
1094 **Adjunta do MMA)** – Eu gostaria só de comentar uma questão que já foi até levantada  
1095 aqui, que é o seguinte. Eu acho que um primeiro ponto importante, e até uma  
1096 oportunidade que a tripartite consiga levantar, é fazer um breve diagnóstico da situação,  
1097 de como estão os Municípios no país. De alguma forma, eu acho que o portal demonstrou  
1098 em relação aos Estados, mas a gente tem que saber como estão os Municípios, quantos  
1099 por cento tem legislação, quantos por cento tem uma unidade operacional dedicada a  
1100 isso, e eu acho que é diante desse diagnóstico que a gente vai conhecer o problema e a  
1101 forma de como a gente atuar sobre o problema. E aí, pensando na estratégia que a  
1102 ABEMA está usando, que seria a do questionário, eu acho que um breve questionário,  
1103 com a ajuda da ANAMMA, para ser implementado, pesquisado junto aos Municípios,  
1104 pode nos dar um bom panorama para a gente avaliar qual a melhor estratégia de atuação.  
1105 Isso não só na questão do licenciamento, mas em várias questões que a gente apontar  
1106 aqui desses itens, talvez até antes da recomendação, a gente tentar essa estratégia de  
1107 ter um diagnóstico para poder atuar com mais segurança no problema.

1108 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** –  
1109 Questão de ordem. Como nós temos Estados que fazem as liberações para os  
1110 Municípios, é muito fácil. A Alagoas tem 12 Municípios só licenciando, e 102. Paraíba tem  
1111 quanto, Welison? Então, assim, a ação é muito efetiva, por isso que é muito trabalho.  
1112 Nós estamos exatamente aqui nisso, pedindo para que isso seja essa parceria que eu

1113 firmei com a Mauren e com a Magda, para que a gente pudesse ter uma ação real, e de  
1114 como podemos instrumentalizar o avanço para que chegue com essas informações para  
1115 o portal.

1116 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu vou fazer o  
1117 seguinte encaminhamento, unindo todas as contribuições, certo? O nosso objetivo inicial  
1118 é, até a próxima reunião, formar esse diagnóstico. O que vai consistir o diagnóstico? No  
1119 âmbito dos Estados, como eu mencionei, nós vamos detalhar as duas situações. Aqueles  
1120 que não estão integrando em tempo real, e os três Estados que não encaminham  
1121 informações para que possamos ajustar. E paralelamente a isso, vamos tentar identificar  
1122 a questão relacionada ao CNAE. Porque não é só inserir, mas é tentar pensar em uma  
1123 padronização do código que vai auxiliar a consulta e a identificação das licenças. Em  
1124 relação aos Municípios, pensando aqui na nossa parceria ABEMA e ANAMMA, nós  
1125 vamos finalizar a consulta, porque ela já foi, está, Marçal? E com base na consulta, nós  
1126 encaminhamos a ANAMMA esses Municípios que já estão, e isso, de todo o país. Nós  
1127 encaminhamos quais os Municípios que estão licenciados, e talvez tivéssemos que fazer,  
1128 dirigido a eles, um questionário complementar, pensando quais possuem sistemas, quais  
1129 estão organizados em consórcio, e quais utilizam o CNAE. E, paralelamente, quem não  
1130 utiliza sistema, deixar uma pergunta adicional: “Qual é o maior desafio?”. Detalhar quatro  
1131 ou cinco perguntas, que elas vão formar o nosso diagnóstico central, que é ter um cenário  
1132 quantitativo, e, de certa forma, qualitativo, em relação ao que nós podemos produzir de  
1133 informação inicial para o portal. E, depois, a gente avalia outros indicadores, outros  
1134 elementos, e como trabalhar, e, eventualmente, uma padronização. Se ela pode  
1135 acontecer independente de uma resolução, ou se a gente tem que trabalhar uma  
1136 resolução, ok? Podemos fazer esse encaminhamento? Acho que atendemos a todos. O  
1137 nosso desafio é fazer esse diagnóstico até a nossa próxima reunião. Levantar esses  
1138 dados. Como está em curso a primeira parte, independente do que nós estávamos  
1139 falando, a gente já tinha esse alinhamento, acho que é possível conseguir até a próxima  
1140 reunião. Então, passamos para o próximo item da pauta, até pelo horário. Aqui eu vou  
1141 ser mais pragmática, para que a gente esgote e não ultrapasse o horário. Dentro da  
1142 governança federativa, tem a recomendação sobre a criação das comissões tripartites  
1143 estaduais. É algo que nós tratamos também na última reunião. Eu conversava aqui com

1144 a Marcela, na reunião plenária que nós tivemos da ABEMA, conversando com os Estados  
1145 sobre isso, nós percebemos que muitos Estados nunca tiveram, alguns que tiveram não  
1146 possuem essa comissão operacional, e, a priori, em um primeiro momento, a gente não  
1147 identificou nenhum que esteja com essa comissão operando. Mas isso não quer dizer  
1148 que não tenha, porque não estava presente. Dentro dessa ideia, ou desta realidade, a  
1149 minha sugestão é que nós pudéssemos fazer, talvez, um documento, um passo a passo,  
1150 um manual, um roteiro orientativo aos Estados, com os principais eixos do que é a  
1151 comissão tripartite, como ela pode ser constitutiva, e sugestões, inclusive, de como seria  
1152 um regimento interno mínimo, partindo, inclusive, da realidade do que é a comissão  
1153 tripartite nacional. Porque, do contrário, nós vamos demorar muito tempo até que todos  
1154 os Estados consigam se engajar, e podemos ter um cenário de comissões sendo criadas  
1155 muito dispares, sem alcançar esse objetivo comum. Então, já que nós temos esse  
1156 alinhamento aqui, o melhor seria que partisse da comissão tripartite um roteiro mínimo,  
1157 um manual mínimo, que não precisa ser muito extenso, mas que ele contenha aquelas  
1158 informações essenciais à auxiliar os Estados a promover. E aí nós nos comprometemos,  
1159 no âmbito da ABEMA, a internalizar isso na associação, repassar todos os Estados e  
1160 acompanhar a criação de todas as comissões. Mas, para sermos proativos, e termos um  
1161 resultado mais rápido e eficiente, a minha sugestão seria essa. Mônica.

1162 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** - Poderíamos elaborar  
1163 uma minuta também, já como uma proposta, e já trazer na próxima?

1164 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Minuta de quê,  
1165 Mônica, você fala?

1166 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** - De uma portaria.

1167 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu acho que não  
1168 dá para ser uma portaria, porque cada Estado vai ter que baixar a sua. Talvez a gente  
1169 tenha que...

1170 **A SRª MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** - Tipo...



1171 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Fazer um manual,  
1172 um roteiro orientativo.

1173 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G. MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** - Tipo um padrão assim,  
1174 aí quem quiser, vai complementando. Que foi assim que foi feito anteriormente.

1175 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Pode ser que no  
1176 anexo tenha algumas minutas de sugestão. Mas acho que esse manual tem que vir com  
1177 um pouco mais do que só um ato formal para os Estados, para entender um pouco a  
1178 Constituição.

1179 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Está ótimo.

1180 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - A gente até está escrito no ofício que o  
1181 instrumento de deliberação... Porque nós aqui, a tripartite tem o papel deliberativo. O  
1182 instrumento de deliberação será recomendações. Então, a tripartite vai aprovar  
1183 recomendações, que pode ser implantar as comissões no modelo X, como manual  
1184 operativo, sugestivo, anexado. Eu acho que é um modelo interessante. Fica como um ato  
1185 de recomendação.

1186 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Eu sugiro que a gente trabalhe nessa minuta  
1187 anual. Compartilhe com a ANAMMA e com a ABEMA, para vocês darem as sugestões.  
1188 A gente parte de uma minuta inicial, que organize principalmente as competências legais.  
1189 Coisas que têm o parâmetro do regimento atual como uma forma que pode ser  
1190 reproduzida. Agora, tem uma questão. Nós temos a portaria 89 de 2022, aqui no âmbito  
1191 do Ministério. Que criava as comissões tripartites estaduais e dizia como seria a  
1192 nomeação das tripartites estaduais. E que haveria a indicação por parte dos Entes  
1193 Federativos para o Ministério do Meio Ambiente, que formalizaria isso por meio de  
1194 portarias federais. E eu questiono se essa é a forma, porque a gente está falando de duas  
1195 possibilidades. Inclusive, o próprio Capobianco questionou isso recentemente e falou:  
1196 “Mas cabe ao Ministério criar as tripartites estaduais, ou isso é por ato estadual?”. Então,  
1197 no caso de ato estadual, a gente teria que revogar essa portaria 89 e talvez ter uma nova  
1198 portaria indicando que é por ato estadual e com o guia anexo, talvez até como uma

1199 orientação. É só porque existe hoje essa normativa federal que eu acho que a gente  
1200 coloca em discussão se é a melhor forma.

1201 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1202 Questão de ordem. Essa seria a nossa sugestão, porque foi feito assim no passado. Nós  
1203 chegamos a nomear pelos Municípios todos os Estados, conjuntamente com os Estados  
1204 e Ibama, toda uma ação já feita, que não obstante nada depois de ser modificada. Nós  
1205 sairíamos efetivamente do papel já de uma situação que tem uma resolução, tem tudo.  
1206 E depois nós normatizávamos como foi feito. Nós aprovamos o regimento do CONAMA  
1207 de 2011, aprovamos tudo no passado. E a título de acelerar, que nós estamos fazendo,  
1208 trocando o pneu do carro, o carro andando. Então, isso era uma forma já de adiantar.  
1209 Porque se nós formos voltar, vai para os Estados, vai para o Município, foi-se embora  
1210 três meses mais e efetivamente, de novo, não saiu a tripartite. E se nós seguirmos a  
1211 mesma diretriz do que é feito na tripartite da saúde, ela é um esboço geral do que é feito  
1212 sem inventar rodas, sem tanta consulta, sem tanta ação. Então, a minha proposta é que  
1213 nós sigamos a portaria 89, não obstante depois de fazer a modificação para que os  
1214 Estados possam regulamentar conjuntamente com as municipalidades. Mas nós já  
1215 sairíamos hoje com aprovação prévia de uma ação já efetivada desta ação. É o que eu  
1216 submeto a votação aqui da tripartite.

1217 **O SR. WELISON SILVEIRA – TITULAR (ANAMMA CB27) –** Corroborando com o que o  
1218 Marçal coloca, ontem nós fizemos lá em João Pessoa, fizemos uma reunião na medida  
1219 do possível com a presença do Ibama. De lá já saímos com indicação dos representantes  
1220 dos Órgãos municipais, indicados pela ANAMMA. Então assim, a instalação das  
1221 comissões estaduais, ela hoje, muito mais desce muito mais rapidez do que aprovar já  
1222 um regimento, passar orientações para que as comissões se atualizem, elaborem seus  
1223 regimentos, entendam como funciona. Então, a instalação de imediato, talvez eles  
1224 internamente já comecem a fazer. Então, iniciar os trabalhos, talvez já com a sua  
1225 nomeação, que é que demorou na gestão passada. O processo de nomeação ficou aqui  
1226 no gabinete do Ministro, parado, engavetado e sem andar. Então, passando a indicação,  
1227 o ofício da Comissão Tripartite Nacional, orientando e dando prazo para que os Órgãos  
1228 Municipais podem mandar para as Secretarias estaduais, Ibama e representantes da

1229 ANAMMA dentro dos Estados representativos e aí já faria a indicação. Posteriormente,  
1230 faria a alteração de...

1231 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Na verdade vai...,  
1232 Rafaela.

1233 **A SRª ISIS RAFAELA RODRIGUES DA SILVA – SUPLENTE 1 (Secretaria de Estado**  
1234 **de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba)** – Só corroborando, realmente lá na  
1235 Paraíba, o Ibama nos procurou e pediu justamente as nomeações do Estado, justamente  
1236 para enviar para cá, para ter a nomeação, vinha da Portaria Federal. Acredito que ia  
1237 acontecer a mesma coisa com o Welison, vindo da ANAMMA. Então, é bacana que a  
1238 gente consiga definir isso agora para conseguir resolver estadualmente lá, porque se eles  
1239 já enviaram para cá para ter a publicação, a gente conseguir modificar isso antes para  
1240 gente ter mais celeridade.

1241 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu acho que não  
1242 é excludente uma coisa da outra, mas compreendo a colocação aqui, que na verdade o  
1243 MMA vai indicar os Estados e a ANAMMA e as associações dos Municípios. Então, a  
1244 gente só vai ter que articular isso pelo que está na Portaria 89. De alguma forma os  
1245 Estados vão ter que trabalhar internamente cada um dentro da sua estrutura para ver  
1246 quem tem associação, como vai funcionar para orientar essa indicação.

1247 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – Na  
1248 Portaria já veio a ANAMMA, em um CB 27 tal, ele já foi uma ação que era os Municípios  
1249 de meio ambiente que adiantaria...

1250 **O SR. WELISON SILVEIRA – TITULAR (ANAMMA CB27)** – São dois titulares e dois  
1251 suplentes.

1252 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – É,  
1253 dois titulares e dois suplentes.

1254 **O SR. WELISON SILVEIRA – TITULAR (ANAMMA CB27)** - Aí saíra um prazo para que  
1255 os Estados fizessem essas...

1256 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Thomaz?**

1257 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1258 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) – É, Thomaz, São Paulo. A gente não**  
1259 **foi procurado pelo Ibama.**

1260 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Também não.**

1261 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1262 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) – Paulo e parece que faz mais sentido**  
1263 **ser pelos Estados do que pela União. Mas na prática vai ter que ter a participação dos**  
1264 **três também, senão não compõe essa tripartite.**

1265 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – É, não vai fazer**  
1266 **diferença, concordo. É, não faz. A formalidade de criação é de menos. Acontece que se**  
1267 **nós não estruturarmos lá para funcionar, ela vai ser criada, ok, um ato formal. De qualquer**  
1268 **forma vai ter dificuldade, não vai ser uníssono em todos, se não houver uma fase**  
1269 **seguinte. Então, pode sair o ato formal daqui, podem ser dois encaminhamentos, o de**  
1270 **criação, de encaminhar os dados, por parte dos Estados não vejo problema, e depois que**  
1271 **tiver a publicação, de toda sorte, a gente vai ter que fazer um trabalho.**

1272 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1273 **Movimento, fazer toda uma...**

1274 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – É, por que como**  
1275 **é que vai funcionar? Como é que vai operacionalizar? Não vai fazer o mesmo problema.**  
1276 **Vou criar e não vou operacionalizar.**

1277 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) – A**  
1278 **gente vai usando isso exatamente, como é tripartite nos Municípios e no Estado, vai**  
1279 **efetivamente discutir as suas condições, com o Ibama, lógico, conjuntamente, as suas**  
1280 **peculiaridades pela vasta imensidão desse país e com todas as peculiaridades. E aí é**  
1281 **onde está isso, que todas as ações nós estamos levando, porque a não, porque nós**  
1282 **estamos desassociados dessa questão mais política, mais publicizada. Nós estamos**

1283 tentando fundir essa ação da cooperação e da convergência, como disse a Ministra.  
1284 Então esse aí é o nosso pedido, Rafael.

1285 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1286 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) –** Agora, como é que é a atuação do  
1287 Ibama?

1288 **A SRª ISIS RAFAELA RODRIGUES DA SILVA – SUPLENTE 1 (Secretaria de Estado**  
1289 **de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba) –** Eu ia justamente...

1290 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1291 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) –** Ele está representando a União  
1292 nesses casos específicos?

1293 **A SRª ISIS RAFAELA RODRIGUES DA SILVA – SUPLENTE 1 (Secretaria de Estado**  
1294 **de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba) –** Existe uma determinação? Como  
1295 é que é?

1296 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Na  
1297 outra gestão, quando foi indicado, ela foi exatamente assim. Nós fizemos com... **O SR.**  
1298 **MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** porque o  
1299 Ministério não teria técnicos, nem teria pessoas para que estivessem nos Estados  
1300 funcionando. O Ministério da Saúde indica o pessoal do INSS.

1301 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** A gente tradicionalmente indica  
1302 um representante...

1303 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1304 Superintendente.

1305 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Do Ibama e outro do ICMBio. É.  
1306 Está.

1307 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Bom,  
1308 pessoa, a gente tem que fazer uma similaridade com relação ao da saúde que já funciona

1309 tripartite nos Estados, é o INSS que indica o órgão vinculado àquilo. Então, está falando  
1310 o Ibama ou o ICMBio onde ele funciona efetivamente, que é uma determinação do  
1311 Governo Federal que diz: “Olha, no Estado é X ou B ou senão, coloca os dois”, aí não  
1312 passa a ser tripartite.

1313 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Não, então, só para eu entender,  
1314 acho que você vai resumir o encaminhamento, mas a gente está dizendo que vamos  
1315 seguir com a portaria 89, vamos, então, agora estabelecer um prazo para indicação pela  
1316 União pelos Estados e Municípios e aí a gente faz a publicação das tripartidas estaduais  
1317 e, paralelamente, a gente vai criar esse manual com orientações para o regimento interno  
1318 das estaduais.

1319 **A SRª ISIS RAFAELA RODRIGUES DA SILVA – SUPLENTE 1 (Secretaria de Estado**  
1320 **de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba)** – Perfeito. Só pedindo, como a  
1321 gente já tem sofrido uma cobrança lá no Estado para que a gente consiga realmente  
1322 instalar essa comissão, eu acho que é importante, Mauren, a gente ter aqui um prazo  
1323 para a gente conseguir ter esse manual, para a gente conseguir falar para as pessoas lá  
1324 qual é o prazo para a gente conseguir efetivamente instalar as comissões nos Estados.  
1325 Acho que isso é importante.

1326 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Tem também aqui  
1327 na indicação, aí é só a minha pergunta se a ANAMMA vai fazer isso. Um, a indicação é  
1328 da ANAMMA e o outro é o Órgão Ambiental da capital, na portaria 89.

1329 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** –  
1330 Exatamente isso.

1331 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Aí, isso vai fazer  
1332 como? O Ministério, vocês?

1333 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – A  
1334 gente indica conjunto, porque normalmente a capital, ela é da ANAMMA, é Município.  
1335 Então nós indicamos sempre a capital porque é o ente mais exponencial de todos os  
1336 Estados é a capital.

1337 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Sim.**

1338 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1339 Então, vem a capital e vem...

1340 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Um outro lá.**

1341 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) – E**  
1342 vem um outro Município para a gente fazer a diferença.

1343 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Mas isso é para**  
1344 entender, de ordem de vocês que vão fazer, ok. Os Estados ficam com as suas  
1345 indicações e o Ministério com a deles. Um prazo de 10 dias para que todos encaminhem  
1346 as indicações, certo? E o prazo agora, acho que teríamos que definir aqui um prazo.  
1347 Talvez de 30 dias para fazer esse manual.

1348 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) – 30**  
1349 dias e a gente diz a GT, mas é mais um GT. Ou o Ministério fornece e nós nos reunimos  
1350 e aprovamos.

1351 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Eu acho que a**  
1352 sugestão que foi dada é que o Ministério faz uma proposta, encaminha para a ANAMMA  
1353 e a ABEMA, a gente avalia e para não ficar tão demorado.

1354 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) - Ótimo,**  
1355 aprovado. Perfeito. Fica demorado. Já demoramos muito.

1356 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Acho que já pode**  
1357 ser mais simples, não é? É só de fato para padronizar um pouquinho. Então, fechamos  
1358 mais esse item da pauta. O próximo item é o informe sobre a criação dos grupos de  
1359 trabalho da comissão. Marcela.

1360 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) – Bom, é engraçado que a gente**  
1361 vai casar com o que você acabou de afirmar, mais um GT. A gente ficou com essa  
1362 reflexão aqui no Ministério. Eu olho para o Marçal e ele já olha para mim mais um GT. E

1363 aí, a gente criou, efetivamente, a gente teve sugestão de três grupos de trabalho na última  
1364 reunião. Um sobre resíduos e logística reversa. Outro sobre integração de mosaicos nas  
1365 unidades de conservação. E um outro sobre o combate ao desmatamento.  
1366 desmatamento zero, que foi uma sugestão da Secretaria Extraordinária de Combate ao  
1367 Desmatamento aqui do Ministério. Efetivamente, a gente teve a instalação do GT de  
1368 Resíduos e Logística Reversa. Ele se reuniu com dois representantes de cada ente  
1369 federativo e a Secretaria de Meio Ambiente Urbano aqui do Ministério, sugeriu que cada  
1370 Estado, a ampliação do GT, que cada Estado indicasse dois representantes e os  
1371 Municípios indicassem um por região, dois por região. Por quê? O grupo de trabalho, ele  
1372 está trabalhando com a revisão do manifesto de transporte de resíduos e para isso a  
1373 realidade dos Estados, de cada Estado, as realidades regionais são muito importantes.  
1374 Então, é um grupo de trabalho, como que a gente está fazendo? Quando a gente instala  
1375 um grupo de trabalho, a gente pede para quem está propondo estabelecer um objetivo  
1376 para a gente pensar um grupo de trabalho com começo, meio e fim. E esse grupo vai  
1377 funcionar da seguinte forma, a próxima reunião vai acontecer no dia 14 de novembro, já  
1378 com representante de todos os Estados e das regiões dos Municípios. E essa primeira  
1379 reunião vai ser com todos os Estados e depois vão acontecer reuniões regionais. Aí a  
1380 segunda reunião vai ser regional, para identificar as peculiaridades de cada região e  
1381 depois uma reunião final, apresentando os resultados do grupo de trabalho, já com  
1382 proposta de revisão do manifesto. Então, esse foi instalado. O grupo sobre mosaicos  
1383 ficou em uma discussão se valeria a pena a instalação porque existe hoje um fórum com  
1384 Estados e Municípios discutindo a questão da integração de mosaicos. Mas a conclusão  
1385 é que sim, que a gente deve avançar com um grupo enxuto, com um representante de  
1386 cada Ente Federativo como ponto focal, para que a gente organize reuniões que possam  
1387 envolver as instâncias deliberativas, os Secretários estaduais e municipais. Então, a ideia  
1388 é essa, que a gente siga com a criação desse GT com pontos focais dos Entes  
1389 Federativos para organizar reuniões que possam avançar nas deliberações com relação  
1390 à integração dos mosaicos.

1391 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) – A**  
1392 título de esclarecimento, em Alagoas, o Ministério Público Estadual já fez um taque de  
1393 ajustamento de conduta com os Municípios e com a Secretaria SEMAR e já está



1394 efetivamente estudando para que consiga dar resultado na questão dessa dos mosaicos.  
1395 Então, é para ficar alerta para os outros Estados, para os outros Municípios, que já tem  
1396 Estados que estão avançando nessa questão com o Ministério Público Estadual.

1397 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Perfeito, ótimo. Obrigada,  
1398 Marçal.

1399 **SR. BERNARDO ISSA (Departamento de Áreas Protegidas - MMA)** - Bernardo Issa,  
1400 Departamento de Áreas Protegidas. A indicação dos nomes para a gente... A Secretária  
1401 Rita sugeriu que fazemos uma primeira reunião na última semana de fevereiro.

1402 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Obrigada, Bernardo. Então, é  
1403 isso. Vamos seguir com a criação desse grupo de trabalho. E a ideia é que a tripartite  
1404 seja esse lugar de deliberação. Então, que a articulação que está sendo feita com os  
1405 Estados, Estados e Municípios, seja sempre reportada a tripartite, como está avançando,  
1406 para que a gente se mantenha todo mundo na mesma página. E a mesma coisa agora,  
1407 seguimos com a proposta do GT de combate ao desmatamento, que é o GT pelo  
1408 desmatamento zero em todos os biomas. Foi uma sugestão do Secretário André Lima e  
1409 que ele chegou à conclusão de que a melhor forma não seria um GT, mas seria que...  
1410 Porque o decreto que fala sobre os planos de combate ao desmatamento prevê um  
1411 núcleo de articulação federativa, que se chama NAF. E a sugestão do André, é que este  
1412 seja o fórum deste núcleo de articulação federativa. A Comissão Tripartite Nacional  
1413 assumo esse espaço de articulação interfederativa para questão do desmatamento e que  
1414 a gente organize a partir daqui reuniões e seminários específicos para tratar dos planos  
1415 de cada bioma. Então, quando for tratar a questão do PPCDAM, do PPCerrado, e acho  
1416 que o próximo é o do Pantanal, que possa ser a partir da tripartite. E que a gente utilize  
1417 esse espaço também para debater especificamente temas necessários quando for  
1418 proposto pelo Ministério. Podemos seguir dessa forma?

1419 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu acho  
1420 excelente. A única dúvida é como operacionalizar isso. Porque se nós tivéssemos um  
1421 GT, em tese a gente teria uma dinâmica. No âmbito do NAF, que a gente, confesso que  
1422 eu ainda não sei se tem alguma estrutura de funcionamento, como isso se

1423 operacionalizaria. Mas por parte dos Estados eu não vejo nenhuma dificuldade. Até,  
1424 porque no que ocorreu até hoje, que é o PPCDAM e o plano do Cerrado, nós tivemos  
1425 essa interação. não por aqui, mas pela ABEMA, porque a ABEMA tem dentro da sua  
1426 estrutura a organização e a coordenação por bioma. Então, para nós, acho que é  
1427 absolutamente tranquilo fazer essa condução. E acredito que por parte da ANAMMA, os  
1428 Municípios centrais que tiverem no bioma também não há problema. Não vejo nenhum  
1429 problema. Só depois a gente pensar como vai ajustar isso.

1430 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** - A proposta inicial é que a gente  
1431 organize um seminário para o início do ano para tratar dessa questão e aí acho que a  
1432 gente vai poder falar sobre governança também. Então, ao invés de já criar um grupo de  
1433 trabalho, que a gente siga com a diretriz de organizar esse seminário com a participação  
1434 dos Entes Federativos.

1435 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Perfeito,  
1436 aprovado. Então, caminhamos para o penúltimo item da pauta que é o informe da  
1437 Secretaria Nacional de Bioeconomia sobre política nacional de bioeconomia e o GT de  
1438 regulamentação da lei de pagamentos para os serviços ambientais. Anna.

1439 **A SR<sup>a</sup> ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - SUPLENTE 1 (Secretária Executiva**  
1440 **Adjunta do MMA)** – Com licença, eu vou ter que pedir licença, agradecer a todos, mas  
1441 eu estou sendo chamada para resolver uma questão urgente. Obrigada.

1442 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Obrigada, Anna.  
1443 Já estamos quase encerrando por aqui.

1444 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Eu vou pedir para... A Vanessa  
1445 gostaria de fazer um informe antes da Bruna, que é da bioeconomia. Está cuidando dos...

1446 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Quem consegue  
1447 projetar pelo link, para quem está virtualmente poder visualizar também?

1448 **A SR<sup>a</sup> VANESSA NEGRINI (Diretora – Departamento de Proteção, Defesa e Direitos**  
1449 **Animais - MMA)** - Obrigada Marcela. Obrigada Presidenta Mauren pela oportunidade.

1450 Meu nome é Vanessa Negrini, eu sou diretora do Departamento de Proteção, Defesa e  
1451 Direitos animais e eu pedi essa oportunidade aqui para trazer um informe que assim a  
1452 gente fez as contas das 175 reuniões que o DPDA fez esse ano recebendo Secretários,  
1453 diretores, vereadores, 90% da demanda é com relação ao programa de controle  
1454 populacional ético de cães e gatos. E aí eu queria dar um informe que a minuta do  
1455 decreto, instituindo o Programa Nacional de Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos,  
1456 ele já está pronto. Ele foi um processo amplo de construção que participou mais de 604  
1457 Gestores Públicos, Secretários, Diretores de Meio Ambiente, Direitos Animais. Teve  
1458 representantes da ABEMA no processo, da ANAMMA. Então, foi um processo muito rico  
1459 de construção coletiva. encerramos com um seminário com 5 mil participantes e de todo  
1460 esse debate a gente extraiu o teor desse decreto que a minuta já está na nossa Conjur,  
1461 tramitando. Está pronto? A gente vai passar esse vídeo aqui que ele dá uma ideia do que  
1462 se trata esse programa rapidamente. Bom, esse vídeo lhe dá uma ideia do que está  
1463 sendo trabalhado, não é? A ideia é que... Bom, memória afetiva os Saltimbancos, da  
1464 infância, não resisti. Bom, a ideia é que com esse programa, a gente tenha recursos da  
1465 União em que a gente vai poder repassar X reais por gato castrado, X reais por cachorro  
1466 castrado e que de contrapartida dos Estados e Municípios a gente consiga implementar  
1467 programas de conscientização para guarda responsável, fortalecer os programas de  
1468 combate à zoonose, de guarda responsável, combater os maus tratos e aí formando,  
1469 então, essa responsabilidade conjunta, união Estados e Municípios, mas de forma que a  
1470 União possa fortalecer os entes com esses aportes desse recurso. Para 2024, a gente  
1471 está na perspectiva de um programa piloto de um milhão de castrações em todo o Brasil.  
1472 A gente está batalhando aí pela expansão orçamentária, que tudo está caminhando para  
1473 dar certo. E a gente gostaria muito de contar com a ABEMA, com a ANAMMA, para a  
1474 gente estar elencando as prioridades, não é? Obviamente que a gente não vai conseguir  
1475 fazer tudo de uma vez. Então, a gente vai ter que estabelecer prioridades e seria muito  
1476 importante contar com a expectativa de vocês para a gente sentar e definir essas  
1477 prioridades e levar esse programa para todo o Brasil, que é uma grande reivindicação. É  
1478 um problema ambiental, é um problema social e é um problema de responsabilidade do  
1479 Ministério do Meio Ambiente, dos Estados, da União, com todos vocês. Muito obrigada.

1480 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) -** Obrigada pelas...  
1481 Achei lindo o vídeo. Eu tenho mais bicho do que filho em casa, gente. Achei muita gente.

1482 **A SRª BRUNA DE VITA (Diretora - Políticas de Estímulo à Bioeconomia – MMA) -**  
1483 Olá, bom dia a todos. Muito obrigada aqui pela oportunidade. Venho em nome da  
1484 Secretaria Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente. Sou Bruna De Vita,  
1485 Diretora de Políticas de Estímulo à Bioeconomia, e queria informar aqui na comissão, e  
1486 principalmente pedir o apoio de todos, que nós estamos no processo, iniciando o  
1487 processo de regulamentação da lei da Política Nacional de Serviços Ambientais. E nós  
1488 temos aí um processo que a gente entende que vai ser faseado ainda de regulamentação.  
1489 Nesse primeiro momento a gente vai colocar um decreto para consulta pública,  
1490 instituindo, como a lei prevê a governança do Programa Nacional de Pagamento de  
1491 Serviços Ambientais, que é uma governança tripartite, Governo, Sociedade Civil e Setor  
1492 Produtivo. Também instituindo o Cadastro Nacional de PSA, onde os projetos e as  
1493 iniciativas de PSA municipais e estaduais se cadastram para que tenha a possibilidade  
1494 da previsão de isenção tributária e ainda não vamos conseguir fechar todas as respostas  
1495 de valoração ou de certificação, não é? E nesse processo a gente está também instituindo  
1496 câmaras técnicas onde essa governança vai conseguir fazer uma discussão mais técnica  
1497 com os atores mais envolvidos e adequados para valoração, certificação, as articulações  
1498 federativas, o processo de salvaguardas. Então, a gente está..., eu vim comunicar que  
1499 provavelmente até o início de dezembro a gente já vai estar na plataforma do Participa  
1500 Mais no processo da consulta pública, pedir que atualizem, compartilhem, deem as  
1501 contribuições de vocês e também temos aí um cronograma de dezembro para frente  
1502 também para fazer as audiências e a discussão com os setores sobre o pagamento de  
1503 serviços ambientais. Então, era mesmo rapidamente, em um processo de informe, e pedir  
1504 a colaboração de todos aqui, principalmente da ANAMMA e da ABEMA. Obrigada.

1505 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Obrigada. Só uma  
1506 pergunta. A participação, então, a nossa orientação para participação e contribuições é  
1507 nessa consulta pública?

1508 **A SRª BRUNA DE VITA (Diretora - Políticas de Estímulo à Bioeconomia – MMA) -** A  
1509 plataforma, não é? Porque provavelmente muitos vão ter assento também na governança

1510 e depois nesse processo da construção, do aprimoramento dos instrumentos, isso aí vai  
1511 acontecer de uma forma posterior. Agora a gente está estabelecendo a governança, o  
1512 cadastro, para que a gente possa ter esses atores mais qualificados nesse processo da  
1513 discussão do PSA, inclusive buscando fontes de financiamento, outros instrumentos  
1514 financeiros, coisas que a lei ainda não traz de uma forma redonda. E aí a nossa  
1515 expectativa é que com essa governança mais ampla, a gente possa ter mais fôlego e  
1516 força, inclusive, para desenhar um instrumento legislativo, em algum momento talvez isso  
1517 chegue a acontecer. Fazer uma rede de conhecimento e de estudo sobre o PSA, cada  
1518 um trazendo o que tem das suas condições, conhecendo os outros programas que já  
1519 estão em funcionamento. Então, tem essa expectativa. Então, no futuro, vão ter mais  
1520 coisas para ser regulado o PSA e nesse primeiro momento está fazendo essa  
1521 regulamentação mais imediata do que já está prescrito na lei. Obrigada.

1522 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Obrigada. Eu só  
1523 vou..., é óbvio que eu imagino que isso vai acontecer, mas talvez para facilitar até a nossa  
1524 motivação dos Estados e dos Municípios a participar, encaminhar para a gente a data da  
1525 consulta, não é? Tanto a ANAMMA quanto a ABEMA.

1526 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** –  
1527 Alagoas fez a lei já do PSA, efetivamente já. Então, tem Estados que já estão avançando  
1528 com a lei. Então, é só fazer a conformidade, juntar, se a gente possa sair no eixo do  
1529 ponto. E as consultas...

1530 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Nosso momento  
1531 agora vai ser participar dessa construção da governança para depois construir em  
1532 conjunto.

1533 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – É  
1534 porque Estados já saíram na frente.

1535 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Sim, com certeza,  
1536 Estados e alguns Municípios.

1537 **A SRª BRUNA DE VITA (Diretora - Políticas de Estímulo à Bioeconomia – MMA) - E**  
1538 sem dúvida é inspiração também para nós para essa regulamentação. E aí a consulta vai  
1539 se dar na Participa Brasil, na plataforma. Então, a gente comunica quando sair e aí pelo  
1540 acesso lá a gente consegue deixar um prazo para consulta, maiores esclarecimentos e  
1541 fazer uma discussão mais ampliada. Muito obrigada.

1542 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Obrigada. É por**  
1543 **isso que eu pedi, se encaminhar para a ABEMA, nós desdobramos para os demais atores**  
1544 **que têm conhecimento técnico para contribuir, está bom? É a mesma coisa para a**  
1545 **ANAMMA. Então, encerramos o que estava previsto na nossa pauta, mas nós temos um**  
1546 **item adicional, só antes de abrir para encerrar, Marçal, que é ao detalhamento, como nós**  
1547 **vamos conduzir aqui a sugestão do Marcelo, da construção do plano de emergência de**  
1548 **biodiversidade e de erradicação das espécies invasoras, foi isso que eu anotei, certo?**  
1549 **Controle, controle, controle, faltou a palavra “controle”, está vendo? Eu não sei se a**  
1550 **sugestão seria que pudéssemos talvez criar um GT nesse caso, para identificar, Qual**  
1551 **que é a sugestão? Tem alguma ideia de encaminhamento? Porque nós colocamos o**  
1552 **problema, mas não deixamos para essa fase agora pensar em uma sugestão, não é?**  
1553 **Teria que ser um plano de emergência, não é?**

1554 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**  
1555 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio) – É, eu precisaria entender,**  
1556 **quando entra no eixo, a questão dos planos de biodiversidade previsto. Eu acho que**  
1557 **nessa discussão...**

1558 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – É que eu acho**  
1559 **que o plano, nós até depois precisávamos compartilhar. Ele está lá, nós temos um**  
1560 **workshop previsto, eles vão ser trabalhados. A pergunta é: É tão emergencial que a gente**  
1561 **tenha que antecipar esse trabalho, fazer algo emergencial ou podemos trabalhar em**  
1562 **conjunto dentro da construção dos planos?**

1563 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - SUPLENTE 1 (Diretor de Pesquisa,**  
1564 **Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio) – A emergência ambiental**  
1565 **nesse momento, ela está sendo trabalhada no Sul. Então, eu acho que a gente tem que**

1566 se prevenir para eventos futuros que podem acontecer. Alguns eventos, inclusive,  
1567 associados a mudanças climáticas. Mas a questão do controle e erradicação  
1568 [ininteligível], esse é um que dá para trabalhar dentro do workshop. Ver como se destaca,  
1569 se cria um grupo separado dentro do workshop para trabalhar um pouco isso em termos  
1570 de padronização nacional. Eu acho que o caminho é o workshop. Eu não queria dissociar  
1571 agora, desacoplar, do workshop, porque eu acho que é um fórum interessante para essa  
1572 discussão, de levar isso. Agora, se por acaso no workshop isso não for possível, aí a  
1573 gente traz o propósito e o objetivo nesse sentido em conjunto com o Ministério do Meio  
1574 Ambiente, está?

1575 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** É, eu acho que  
1576 talvez seja o melhor encaminhamento, a gente acrescenta essa temática no olhar do  
1577 workshop e depois em uma eventual necessidade ou desdobramento lá do workshop nós  
1578 criamos um GT aqui no âmbito da tripartite, mas aí com um pouco mais de maturidade  
1579 talvez sobre o tema, certo? Acho que nós precisamos também, Marcela me alertou aqui,  
1580 definir a data da nossa próxima reunião.

1581 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1582 Questão de ordem.

1583 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Claro, Marçal.

1584 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Nós  
1585 vimos aqui que estava na pauta a questão da taxa de controle de fiscalização ambiental,  
1586 TCFA, transferências ao Município.

1587 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** Estava na proposta de eixo de  
1588 discussão, não na pauta. É uma proposta para a gente elaborar para uma próxima  
1589 reunião.

1590 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1591 Porque assim, São Paulo já pagou, tem vários Estados que estão já efetivamente  
1592 executando para os Municípios. E nós temos poucos Estados que ainda precisam ser  
1593 implementados. Trazer o Ibama para que o Ibama possa nos fornecer a relação dos

1594 Municípios, como Como é que está essa ação? Isso precisa efetivamente ficar claro,  
1595 porque tem TCFA, TCFA, TCFA e o Ibama vai passar, vai passar, vai passar, vai passar.  
1596 Eu tenho pedido isso já tem 10 meses, 11 meses. Agora, efetivamente é o próprio Rodrigo  
1597 e ao Ibama. Então, fazer agora como uma condição de uma proposta da tripartite para  
1598 que seja repassado aos Municípios toda a relação que lá no passado, quando a Sueli  
1599 estava no Ibama, ela nos passou isso e nós efetivamente fizemos aqui já Rio Grande do  
1600 Sul e outros Estados a liberação por Municípios. Então, é isso, é uma pedida para que a  
1601 gente possa acrescentar para que o Ibama nos forneça essa relação.

1602 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu vou fazer a  
1603 seguinte proposta, Marçal. Vamos definir a data da próxima reunião e eu vou colocar  
1604 como encaminhamento que fique para a próxima reunião, então, o Ibama trazer para a  
1605 gente um cenário do que está sendo feito, mas aí também em relação aos Estados,  
1606 porque também essa mesma problemática acontece nos Estados. É o estado da arte, o  
1607 Ibama tem esses dados lá, só que ele seja um item da nossa próxima pauta, até porque...

1608 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** –  
1609 Perfeito.

1610 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Agora vamos  
1611 definir a data da próxima, Marcela, você tem sugestões?

1612 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Olha, é o seguinte: a gente está  
1613 apresentando para o CONAMA uma proposta de calendário que vai ser votada amanhã.  
1614 A próxima reunião seria no dia do CONAMA, dia 6 de março de 2024. Então, seria 6 de  
1615 março, 12 de junho, 28 de agosto e 27 de novembro. Eu posso encaminhar isso para  
1616 vocês, claro, junto com a Ata. Mas a proposta é que a gente sempre faça as nossas  
1617 reuniões ordinárias, sempre um dia antes. Então, seria no dia 5 de março de 2024. A  
1618 pergunta é se fazemos uma próxima em março ou se vocês veem a necessidade de fazer  
1619 antes, eu não sei como que...

1620 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu acho que  
1621 podemos definir como as ordinárias nessas datas, ponto. E eu queria até cogitar a



1622 possibilidade de se eventualmente nós tivermos alguma demanda, se pudéssemos fazer  
1623 extraordinárias remotamente, on-line. Porque essa é uma época difícil, não sei vocês,  
1624 mas nós estamos com uma dificuldade enorme de hospedagem aqui e de passagem. Se  
1625 nós tivermos uma extraordinária, talvez seja pontual, vamos imaginar que nós estamos  
1626 aqui com as tripartites estaduais, enfim, talvez pudéssemos fazer on-line, não é?  
1627 Porque... E mantemos as ordinárias sempre um dia antes das plenárias do CONAMA.

1628 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) – É**  
1629 pela economia, não é?

1630 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Isso.**

1631 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
1632 Quando a gente já vem para o CONAMA, a gente já faz um todo.

1633 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Em janeiro, não  
1634 sei para vocês, mas não tem orçamento, a gente não consegue se deslocar. Então, é  
1635 difícil. Mais fácil.

1636 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA) –** A pergunta, então, assim, era só  
1637 se vocês viam já a necessidade de uma antes ou a gente pode manter só essa? E se  
1638 vocês identificarem, aí vocês entram em contato com a Secretaria Executiva, está tudo  
1639 bem?

1640 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –** Têm  
1641 algumas coisas que ficaram pendentes. Se houver necessidade de remotamente para  
1642 que a gente possa tomar uma decisão conjunta, Nós e a ABEMA, tenho certeza de que  
1643 nós estamos à disposição para fazer remotamente.

1644 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) –** Acho que o que  
1645 nós colocamos como encaminhamento principalmente é a tripartite estadual, que eu acho  
1646 que é esse que a gente vai avaliar aqui, mas talvez não seja necessário, é, para indicar.  
1647 Mas depois, eu digo para aprovar esse roteiro, esse manual, a gente pode fazer até por

1648 e-mail. E se tiver necessidade, se tiver algum ponto ali, a gente solicita para vocês. Oi,  
1649 Adalberto.

1650 **SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Secretário - Secretaria Nacional de Meio**  
1651 **Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental)** - Olá, tudo bem? Bom dia a todos. Só fazer  
1652 um informe que agora, na quinta-feira e na sexta-feira, a gente vai promover um encontro  
1653 aqui no Ministério, um encontro sobre monitoramento da qualidade do ar na região  
1654 amazônica. É um evento que vem sendo planejado já há bastante tempo, junto com o  
1655 Instituto Ar, que reúne todas as organizações. várias universidades, organizações de  
1656 Sociedade Civil, e a gente vai reforçar o convite para os Estados e os Municípios também  
1657 participarem. O nosso objetivo nela é finalizar uma proposta de criação de uma rede de  
1658 monitoramento da qualidade do ar. Sabemos que hoje os Estados amazônicos, a grande  
1659 maioria ainda não tem, assim como aqui alguns no Centro-Oeste e alguns no Nordeste,  
1660 e a nossa meta o ano que vem é poder, com recursos de multas do Ibama, financiar essa  
1661 rede para os Estados. Então, quinta e sexta-feira vai ter um evento aqui sobre o  
1662 monitoramento da qualidade do ar na região amazônica. Obrigado.

1663 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – É sua presencial?

1664 **SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Secretário - Secretaria Nacional de Meio**  
1665 **Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental)** - Eu acho que vai abrir on-line, sim. Eu vou  
1666 pedir para a Marcela compartilhar depois para a comissão e para todos do CONAMA  
1667 também, para que possam participar on-line.

1668 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Obrigada. Palavra  
1669 aberta se alguém tiver mais alguma consideração. Não? Então, eu vou encerrar nossa  
1670 reunião agradecendo.

1671 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – O  
1672 Braulio tinha um informe. Terminar eu faço um informe.

1673 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Eu acho que é  
1674 das nossas reuniões, deve ser do workshop. O workshop vai acontecer 21, 22 e 23 agora  
1675 de novembro. É um workshop com o objetivo de trabalhar o plano nacional e também os

1676 planos estaduais de biodiversidade. Então, é uma agenda bastante densa. Vão estar  
1677 participando todos os Estados brasileiros, toda a estrutura do Ministério. É um trabalho  
1678 em conjunto. A ABEMA criou recentemente a Câmara Técnica de Biodiversidade e esse  
1679 tema entrou para a nossa agenda prioritária. Acho que o objetivo era mais fomentar a  
1680 participação de todos nós, porque é uma agenda comum.

1681 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do SISNAMA)** – Complementando, o Braulio  
1682 informou que está em contato com o Mário Mantovani, que a ANAMMA também está  
1683 envolvida.

1684 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** – O  
1685 Mário me comunicou, por isso que eu queria saber. Mas para deixar, porque ele falou e  
1686 o público que está on-line ficou sem resposta. E fazer um convite aqui também ao Brasil,  
1687 que no dia 22, 23 e 24, tem o Fórum Brasil de Gestão Ambiental em Serra Negra,  
1688 capitaneado pelo Rogério Menezes, por todos os nossos parceiros de São Paulo e será  
1689 lá em Serra Negra. Então, todos são muito bem-vindos, são todos os nossos convidados  
1690 para que possam participar desse belíssimo evento.

1691 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Só informes  
1692 positivos.

1693 **O SR. WELISON SILVEIRA – TITULAR (ANAMMA CB27)** – Aproveitando só a linha dos  
1694 informes, dia 13 e 14 está sendo realizado o encontro regional do E-Play.

1695 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** - É, porque se o  
1696 pessoal que está on-line não ouve, Welison. Ok, bom, então acho que encerramos quase  
1697 que pontualmente a nossa reunião, mas esgotamos a pauta. MUITÍSSIMO obrigada, foi uma  
1698 alegria. E nos encontramos então em março presencialmente de novo e, se necessário,  
1699 virtualmente.

1700 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Com a presidência de Marçal Cavalcante.

1701 **A SRª MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – De Marçal.